

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JULIANA DOS REIS MALAQUIAS

**A QUESTÃO FEMININA NO DIÁRIO *A NAÇÃO* (1927):
UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES PARA
A LUTA DAS MULHERES**

Campo Grande, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JULIANA DOS REIS MALAQUIAS

**A QUESTÃO FEMININA NO DIÁRIO *A NAÇÃO* (1927):
UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES PARA
A LUTA DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de graduação do curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, sob orientação do Professor Dr.
Carlos Batista Prado.

Campo Grande, 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelo apoio incondicional ao longo desses anos de graduação. Em especial, à Raquel Telles dos Reis, minha mãe e fonte inesgotável de inspiração, que a cada dia me mostra que nós, mulheres, somos capazes de tudo. A Roberto Mendes Malaquias, meu pai, que sempre me incentivou ao questionamento e ao senso crítico. Devo a eles a inspiração para me tornar historiadora.

Também, gostaria de expressar minha gratidão ao Prof. Dr. Carlos Prado, que, ao longo desses quatro anos de graduação, me acompanhou na formulação de quatro artigos distintos e, pacientemente, me orientou, oferecendo todo o suporte necessário durante essa trajetória. Honro também, todas as minhas ancestrais, que, antes de mim, e em diferentes lugares, consolidaram os espaços onde hoje eu habito como acadêmica e mulher.

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas. O tsar e o cáiser nunca teriam usado coroa nem a teriam perdido. Seja qual for o uso nas sociedades civilizadas, os espelhos são essenciais para todas as ações violentas e heroicas. É por isso que tanto Napoleão quanto Mussolini insistiam tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer. (Virginia Woolf)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão feminina no diário *A Nação*, durante o ano de 1927, dos meses de janeiro a agosto – período em que esteve vinculado ao PCB, com ênfase nas temáticas associadas às mulheres dentro do contexto revolucionário comunista em que o periódico esteve inserido. A análise se concentra em artigos, seções e correspondências internacionais publicadas pelo jornal, com o intuito de compreender as contribuições e contradições da publicação para a luta das mulheres. Trata-se de um trabalho de pesquisa bibliográfica e análise de fontes em que são analisadas as edições jornal relevantes para a compreensão da questão feminina no periódico. O estudo revelou que, além da seção dedicada a questões femininas, intitulada “A Mulher em Acção”, o *A Nação* abordou uma série de outros tópicos relacionados à condição das mulheres, destacando a participação feminina na Revolução Russa, as reivindicações maternas, a organização sindical das trabalhadoras e as denúncias sobre abusos e desigualdades enfrentadas por elas. Entre contribuições e contradições, o jornal não se limitou a relatar os acontecimentos históricos, mas também destacou a importância das mulheres no processo revolucionário, enfatizando a participação ativa delas na construção de um novo modelo social e político.

Palavras-chave: Mulher; PCB; Revolução; Jornal.

Sumário

Introdução	7
1. O PCB e o periódico <i>A Nação</i>	11
2. “A Mulher em Acção”	19
3. Demais contribuições à pauta feminina.....	31
3.1 A participação feminina na Revolução	32
3.2 Organizações sindicais femininas.....	35
3.3 Correspondência internacional pelas mulheres	37
3.4 Crítica ao feminismo liberal	39
3.5 Denúncias femininas.....	40
3.6 Reivindicações femininas	41
3.7 Reivindicações maternas	42
3.8 Outros temas relacionados às mulheres.....	43
4 Considerações finais	46
5. Referências	49

Introdução

As fontes jornalísticas se apresentam sob diversas formas, desde revistas temáticas, periódicos políticos, jornais operários, entre outros. Dentre eles, os jornais operários, de partidos políticos ou de categorias, têm ganhado relevância crescente como objeto de investigação dos historiadores. Os jornais, em geral, desempenham um papel central na difusão de informações, divulgação de notícias e ideias, sendo utilizado por diferentes grupos políticos para a propagação de ideologias.

No caso específico dos jornais operários, essa função adquire contornos particulares. Por meio de editoriais, manifestos, charges e campanhas de propaganda, essas publicações contribuem para a criação de uma identidade coletiva entre os trabalhadores, oferecendo um espaço para a expressão de suas demandas, experiências e visões de mundo. Sua utilização é essencial para que a classe trabalhadora seja informada e, de certa forma, politicamente educada sobre temáticas mais complexas. Essas publicações costumam ser redigidas de maneira clara e direta, o que facilita a compreensão por parte de todos os leitores. Dessa forma, assuntos mais sofisticados podem ser introduzidos de maneira acessível ao proletariado. As informações contidas nesses periódicos são amplas e diversificadas, como aponta Tânia De Luca:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação. (Luca, 2005, p.119).

As informações contidas nos periódicos operários são de grande relevância para os estudos sobre as organizações e partidos dos trabalhadores. Esses impressos constituem uma rica fonte documental que oferece dados sobre a estrutura organizacional, práticas educativas, articulações internas e externas, intercâmbios entre diferentes organizações, além de comunicados gerais, que enriquecem as pesquisas. Além disso, os jornais operários contribuem para o entendimento do pensamento político-ideológico que orienta suas organizações, bem como as estratégias de mobilização e os discursos construídos em torno das lutas nas fábricas. Através de suas páginas, é possível acessar as principais pautas reivindicatórias, acompanhar debates, identificar alianças políticas e

observar como os trabalhadores se posicionaram diante das questões de um determinado período.

No caso dos jornais operários vinculados aos Partidos Comunistas, as análises devem ser direcionadas por abordagens específicas. Segundo Fábio Sousa (2020, p. 27) o conceito de “operação tipográfica comunista” deve ser utilizado para o estudo desses periódicos. Tal proposta propõe uma leitura que vai além da simples análise textual, considerando o conjunto da produção editorial, desde a escolha dos conteúdos até a diagramação, uso de imagens e linguagem. Esses jornais devem ser compreendidos dentro do projeto político dos partidos comunistas, que, como observa Sousa (2020) os utilizam como ferramenta pedagógica de formação ideológica. Desde os bolcheviques, ainda no início do século XX, a imprensa partidária foi considerada um instrumento essencial para difusão das ideias revolucionárias. Segundo Lenin:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilitando as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto de resultados obtidos pelo trabalho organizado. (Lenin, 1988, p.127)

Nesse sentido, Lenin denota aos jornais um papel central no processo de organização da revolução. Ao compara-los a andaimes nas construções de edifícios, essa metáfora expressa a função estrutural da imprensa na edificação do movimento operário. Para Lênin, os jornais não apenas informam, mas também educam, conectam as diferentes frentes de luta e contribuem para a formação da consciência de classe. Assim, a concepção leninista da imprensa transcende o papel meramente comunicativo, posicionando os jornais como ferramentas de organização coletiva, disciplina ideológica e unificação. O *jornal A Nação* não se limitava a informar sobre as notícias diárias, mas também se propunha a educar o proletariado. Embasando seus editoriais em textos, artigos, resoluções e outros, o periódico buscava disseminar conhecimento entre os trabalhadores.

Os periódicos, assim como qualquer outro objeto de estudo histórico, exigem que o historiador utilize uma metodologia específica. Atentar-se a esse aspecto é essencial para garantir coerência e profundidade analítica. Assim, de acordo com Tânia De Luca (2005) alguns dos principais aspectos a serem analisados nos periódicos operários são; materialidade do jornal (tipo de papel, formato, acabamento), métodos de impressão utilizado, periodicidade da publicação, funções sociais que o periódico cumpre, linha

editorial adotada, conteúdo temático, perfil do público-alvo, circulação e recepção do jornal, entre outros.

Quanto a materialidade, Tânia De Luca (2005, p. 132) expõe que “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação.” Dessa forma, a estrutura física e o conteúdo textual do jornal são aspectos a serem estudados, uma vez que revelam intenções editoriais, valores ideológicos e estratégias de comunicação. A materialidade do jornal opera como uma linguagem própria, capaz de transmitir significados implícitos que dialogam com o contexto social e cultural. Portanto, os detalhes de organização gráfica, a tipografia, e as ilustrações transmitem mensagens tão relevantes quanto os textos escritos.

A análise do conteúdo e de seus autores é fundamental para o estudo dos jornais. Cada notícia é criteriosamente selecionada para publicação, e essas escolhas refletem significados específicos na composição final dos periódicos. As matérias que integram uma edição não resultam do acaso, mas de um processo seletivo que envolve decisões editoriais, interesses institucionais e critérios jornalísticos bem definidos. Esses aspectos são essenciais para a compreensão das fontes impressas, pois cada elemento comunica mensagens e posicionamentos particulares. Por isso, é necessário atentar-se a cada detalhe na construção de uma análise completa.

Além disso, é fundamental atentar-se às fontes de financiamento responsáveis pela manutenção dos periódicos, uma vez que elas podem influenciar diretamente a linha editorial adotada. O apoio de instituições públicas ou privadas, grupos políticos, empresas ou outras entidades econômicas pode direcionar, de forma explícita ou sutil, as decisões editoriais, afetando a seleção, o enfoque e a ênfase das notícias publicadas. Compreender quem sustenta economicamente um periódico é essencial para uma leitura crítica do conteúdo, permitindo ao pesquisador identificar possíveis vieses e as estruturas de poder que atravessam o discurso jornalístico.

Baseado nesses pressupostos metodológicos, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o periódico *A Nação*, com ênfase nos artigos, publicados na seção intitulada “A mulher em ação”, durante o período em que o jornal esteve sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB), de janeiro a agosto de 1927. Além disso, serão analisados outros 22 artigos relacionados às mulheres, identificados a partir da pesquisa dos termos: mulher, mãe, trabalhadora, enfermeira, prostituta, entre outros. O pressuposto será de que

o jornal será fonte e objeto do trabalho, produzindo a análise do diário e também, a formulação do estudo da própria imprensa operária.

Todas as edições desse intervalo de sete meses foram disponibilizadas digitalmente, em formato PDF, pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Fundado em 1987, o AMORJ está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O artigo está dividido em três tópicos. O primeiro, intitulado “O PCB e o periódico *A Nação*”, contextualiza o início da relação entre o jornal e o Partido Comunista Brasileiro. O segundo, “A Mulher em Ação”, apresenta todas as edições dessa seção dedicada às temáticas femininas. O terceiro subtítulo, “Demais contribuições à pauta feminina”, refere-se às diversas menções às mulheres ao longo das edições do jornal. Por meio de diferentes tópicos e abordagens, o periódico tratou dessas temáticas em variadas manchetes, evidenciando a presença contínua da pauta de gênero mesmo fora de seções específicas.

1. O PCB e o periódico *A Nação*

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922, em um congresso realizado no Rio de Janeiro e em Niterói. A divulgação da fundação ocorreu em junho de 1922 através da Revista *Movimento Comunista* – esta, segundo Astrojildo Pereira (2022) foi a primeira publicação declaradamente comunista no Brasil. Nesse primeiro congresso, a organização se estruturou com os seguintes nomes; Abílio de Nequete (secretário-geral), Astrojildo Pereira (imprensa e propaganda), Antonio Canellas (secretário internacional), Luís Peres (frações sindicais) e Cruz Júnior (tesoureiro).

Em 1925 foi realizado o II Congresso do Partido, que buscou refletir sobre as ações realizadas e formular novas estratégias de atuação. Durante esse encontro, foram estabelecidas as bases para a criação de um jornal voltado para a classe trabalhadora, cuja primeira publicação passou a circular em 1º de maio daquele ano. O *A Classe Operária* foi concebido como um periódico de massas, vendido diretamente aos trabalhadores, sendo um instrumento de agitação e propaganda das ideias do partido.¹

Ao longo de sua trajetória, o PCB enfrentou diversos períodos de ilegalidade. O primeiro momento ocorreu ainda no ano de fundação, em 1922, poucos meses após a fundação. Esse processo decorreu do Estado Sítio decretado em resposta às movimentações tenentistas, especialmente a Revolta do Forte de Copacabana. Esse Estado de Exceção perdurou até 31 de dezembro de 1926. Em seguida, em janeiro de 1927, o PCB utilizou do jornal *A Nação*, como carro-chefe de sua agitação e propaganda, contribuindo na publicação de mais de 180 edições, marcando um novo momento de atuação pública do Partido. No entanto, o PCB voltou à ilegalidade em agosto com a publicação da Lei Celerada, que restringiu as atividades políticas consideradas subversivas.

¹ Segundo Sousa (2020) este jornal passou por 7 fases. A primeira de 1925, com 12 edições, foi encerrada pela repressão de Arthur Bernardes. A segunda ocorreu de 1928 até 1940, sendo reprimida pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. A terceira, de 1946 à 1964, correspondendo ao período de legalidade do PCB (1945-1947), e inclui a cisão do PCB, com a criação do Partido Comunista do Brasil, que passou a administrar *A Classe Operária*. A quarta fase, de 1966 a 1984, foi marcada pela oposição do PCdoB à ditadura, em que foram publicadas 159 edições. A quinta fase, de 1985 a 1987, com o fim da ditadura o jornal passa a atuar na legalidade e o PCdoB consegue seu registro no TSE. A sexta fase, de 1988 a 2008, conta com mais de 300 edições, abrangendo os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula, marcando a aliança entre PCdoB e PT. Por fim, a sétima e última fase, que se iniciou em 2008 e segue até a contemporaneidade, tornando-se um periódico de apoio ao governo federal em seus mandatos do Partido dos Trabalhadores. A partir dessas informações, o jornal *A Classe Operária* é considerado o periódico comunista mais antigo do Brasil.

Conforme relata Astrojildo Pereira (2022), antes de ser dirigido pelo PCB, o jornal *A Nação* pertencia a Leônidas de Resende, um positivista de formação e opositor do presidente Arthur Bernardes. O periódico foi fechado em resposta às críticas dirigidas à gestão de Bernardes, o que resultou na prisão de Leônidas em diversas ocasiões. Durante seu período de encarceramento, ele teve contato com as ideias socialistas, o que contribuiu para a aproximação entre o responsável por *A Nação* e o Partido Comunista do Brasil. Essa relação foi formalizada em 3 de janeiro de 1927, data em que o jornal passou a atuar como um importante instrumento de divulgação das propostas do PCB, assumindo um papel estratégico na rearticulação pública do partido após o término do Estado de Sítio.

De acordo com Carone (1989) a intenção do PCB era de iniciar suas atividades com o jornal ainda em 1926. Porém, devido ao Estado de Sítio outorgado em 1924 por Arthur Bernardes em respostas as tensões sociais, em especial ao tenentismo, principalmente devido a revolta em São Paulo, que reivindicava a renúncia do presidente e uma a formação de uma Assembleia Constituinte, e a repressão a Coluna Prestes. Embora o mandato de Bernardes tenha se encerrado em novembro de 1926, seu sucessor, Washington Luís, optou por manter o Estado de Sítio até o final daquele ano. Essa continuidade da repressão política acabou atrasando o relançamento de *A Nação* e o início de sua fase sob orientação comunista, que só se concretizaria em janeiro de 1927.

Em 3 de janeiro de 1927, foi publicada a primeira edição do *A Nação* sob a coordenação do PCB, ainda com Leônidas de Rezende como diretor nominal. Essa edição, de número 270, marcou o início de um novo ciclo editorial, caracterizado por uma atuação política mais incisiva e alinhada às diretrizes do partido. Durante os sete meses seguintes, o periódico apresentou uma variedade de conteúdos, como notícias, editoriais, traduções de textos internacionais e denúncias relacionadas à conjuntura política nacional, sempre com o objetivo de refletir e divulgar a visão de mundo e as estratégias de ação do PCB.

Quanto à materialidade do periódico, destaca-se que seu formato era o tradicional de jornal, embora não seja possível confirmar com precisão suas dimensões. A qualidade da impressão era razoavelmente boa, considerando os recursos disponíveis à época. No que diz respeito à preservação, embora existam trechos com leitura dificultada, o material, em geral, permanece legível. O número de páginas variava entre 4 e 8, e sua circulação ocorria, normalmente, de segunda a sábado, caracterizando-se como um diário. Além dos textos, o jornal trazia algumas imagens em preto e branco, incluindo fotografias, ilustrações e outros elementos gráficos que dialogavam com as manchetes. Observa-se

ainda a presença de dois modelos distintos de cabeçalho utilizados ao longo das edições analisadas.

A primeira página do jornal trazia, de forma constante, as manchetes mais relevantes, geralmente centradas em críticas ao governo brasileiro ou em reportagens sobre investigações criminais. Já a segunda página costumava apresentar uma coluna dedicada à política internacional, a divulgação de eventos históricos ocorridos na data da publicação e um editorial na seção intitulada “Ecos”, que abordava temáticas diversas. Além disso, eram publicados textos críticos traduzidos e outras informações que variavam de acordo com cada edição, conferindo certa dinamicidade ao conteúdo editorial.

A terceira página era dedicada aos assuntos relacionados ao movimento sindical, com a publicação de notícias, símbolos e divulgações de atos e mobilizações, além de informações variadas e dados econômicos. Na quarta página, localizavam-se as seções de esportes, anúncios de bailes e, com frequência, a continuação de reportagens ou editoriais iniciados nas páginas anteriores. Já a quinta página, quando presente, costumava trazer novos editoriais, dependendo da edição, além das colunas “Theatro e Cinema” e “Vida Íntima”, que abordavam temas culturais e cotidianos.

Normalmente, a sexta página apresentava uma variedade de pequenas notícias sobre temas diversos, que iam desde reportagens sobre a Juventude Comunista até acontecimentos de âmbito regional. As colunas fixas já foram mencionadas anteriormente. Entre uma manchete e outra, eram inseridos diversos anúncios publicitários, incluindo propagandas de lojas, lotéricas, produtos variados, serviços, espetáculos teatrais e de outras publicações comunistas, como a *Correspondencia Sudamericana*, periódico vinculado ao Secretariado Sul-Americano.

Além das manchetes de caráter informativo e educacional, o jornal também abordava uma variedade de temas em seções específicas. A coluna “Desportos” trazia as principais notícias sobre esportes, incluindo natação, futebol, water-polo, entre outros. Já a coluna “Vae Quebrar” divulgava eventos festivos, como bailes e shows. Em “Theatros e Cinema”, eram anunciados os principais espetáculos teatrais e filmes em exibição. Por fim, a coluna “Vida Íntima” apresentava informações de cunho pessoal, como aniversários, nascimentos, casamentos, viagens e outros acontecimentos da vida cotidiana dos leitores.

Sob a coordenação do PCB, o jornal passou a adotar uma nova diagramação, com um cabeçalho renovado. Conforme ilustrado na Imagem 1, no alto da primeira página, destaca-se um emblema composto por uma foice e um martelo, símbolo de profundo

significado histórico e político. A foice representa os trabalhadores rurais, ligados ao trabalho no campo, enquanto o martelo simboliza os operários urbanos, inseridos no contexto industrial e fabril. A união desses dois instrumentos expressa a aliança entre o campo e a cidade, constituindo um dos ícones mais emblemáticos do movimento comunista internacional. Essa imagem remete a ideais de solidariedade e ao internacionalismo revolucionário.

Junto à foice e ao martelo aparece uma das frases mais simbólicas do movimento comunista internacional: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Este poderoso chamado à união internacional da classe operária encerra o *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, publicado em 1848, e tornou-se um lema revolucionário universal. No centro, com letras grandes o título do Jornal, “A Nação”, se destaca. Na parte superior ao título ao título se encontra a frase “Não há direitos para o pobre; ao rico tudo é permitido” atribuída à *Internacional*, o hino do movimento operário. Essa frase expressa as desigualdades presentes na sociedade capitalista e toda sua cadeia de privilégios pautados nas riquezas materiais. Carregando um simbolismo de luta e revolta, esse escrito está para mostrar as ideias que embasam o editorial do jornal. Na região inferior do cabeçalho se encontram alguns detalhes, como o nome do diretor, secretário (Adalberto Luis Coelho), gerente (Januario Pigliasso), endereço (Rua 13 de maio – Rio de Janeiro).

No canto direito do cabeçalho, encontra-se outra citação emblemática, desta vez atribuída a Lênin: “A união dos operários e intelectuais, sim. Não é má. Dizei aos intelectuais que venham a nós.” Com essas palavras, Lênin ressalta a importância estratégica da aliança entre os trabalhadores manuais e os intelectuais, aqueles que produzem com as mãos e aqueles que produzem com o pensamento. A citação reconhece o valor da consciência crítica e do saber na construção da luta revolucionária, configurando-se como um chamado à participação ativa da intelectualidade no processo de transformação social liderado pelo proletariado.

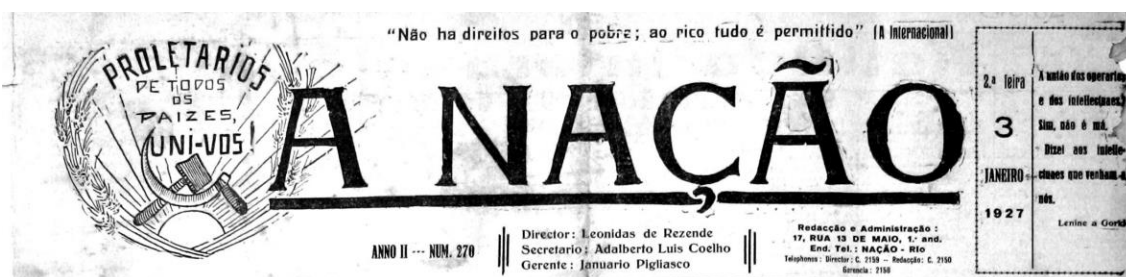


Imagem 1: Logotipo do A NAÇÃO, Ano II, nº 270, 03 de janeiro de 1927.

Fonte: AMORJ

Antecedendo o segundo editorial, localizado na terceira página, encontra-se um segundo cabeçalho. Nele, conforme Imagem 2, destaca-se o símbolo da foice e do martelo, agora representado dentro de uma estrela, outro importante emblema da luta dos trabalhadores. O conjunto aparece acima de um pátio fabril, irradiando luz sobre ele, em uma clara metáfora à difusão das ideias comunistas entre os operários. Logo abaixo, está o nome do jornal, “A Nação”, centralizado, seguido das informações sobre os valores das assinaturas.

Na parte superior, encontra-se a frase “Nem mais um operário fora dos sindicatos!”. Esse apelo reforça a ideia de que os sindicatos são instrumentos fundamentais de resistência e de conquista de direitos, essenciais para a garantia de melhores condições de trabalho e justiça social. É nessa seção do jornal, intitulada “Movimento Syndical”, que eram abordadas as principais notícias sobre as lutas, demandas, avisos e divulgações relacionadas aos sindicatos dos trabalhadores.

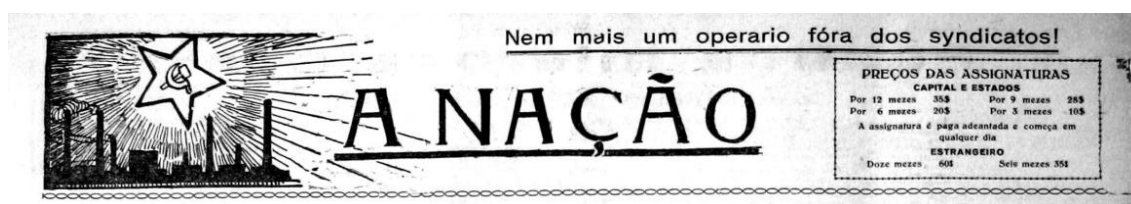


Imagem 2: Logotipo do A NAÇÃO 3ª página, Ano II, nº 270, 03 de janeiro de 1927.

Fonte: AMORJ

O conteúdo do jornal *A Nação* revelava uma proposta editorial ampla e engajada. Publicavam-se notícias do cotidiano nacional, marcadas por um forte viés crítico ao governo da época, evidenciando as contradições do sistema capitalista e a repressão às organizações populares. Era também frequente a inclusão de textos traduzidos de importantes teóricos marxistas, como Marx, Engels e Lênin, conferindo ao jornal um caráter formativo, voltado à elevação da consciência política da classe trabalhadora. Além disso, *A Nação* divulgava informações sobre datas comemorativas e eventos culturais da União Soviética, buscando fortalecer os vínculos simbólicos e ideológicos com o movimento comunista internacional.

Ao mesmo tempo, o jornal não se restringia à doutrinação política: havia espaço para a divulgação das atividades do PCB, anúncios comerciais, colunas sociais e até uma seção esportiva, o que evidencia sua tentativa de dialogar com um público mais amplo e de se consolidar como um instrumento de leitura regular e acessível. Um aspecto marcante da publicação era a ausência de autoria identificada em muitos textos, motivada pela necessidade de garantir o anonimato dos militantes e, assim, evitar perseguições

individuais. Dessa forma, *A Nação*, o primeiro diário comunista do Brasil, funcionava como uma ferramenta multifacetada de articulação política, difusão ideológica e presença cultural no cotidiano das camadas populares.

Na edição de 03 de janeiro de 1927, foram apresentados dois editoriais sem assinaturas – segundo Astrojildo Pereira (2022), esses artigos foram escritos por Leônidas Resende - que descrevem a mudança e suas motivações no jornal. Um na primeira página, intitulado “Viva o sol, abaixo a noite!”, expõe um pouco da linha editorial anterior do jornal, postulando suas proximidades com o liberalismo e a Revolução Francesa. O principal aspecto desse editorial é a explicação sobre o processo de radicalização do periódico.

Na edição de 3 de janeiro de 1927, foram publicados dois editoriais sem assinaturas, que, segundo Astrojildo Pereira (2022), foram escritos por Leônidas Resende, nos quais são descritas as mudanças e suas motivações no jornal. Um deles, na primeira página, intitulado “Viva o sol, abaixo a noite!”, apresenta parte da linha editorial anterior do periódico, destacando suas afinidades com o liberalismo e a herança da Revolução Francesa. O principal objetivo desse editorial é explicar o processo de radicalização pelo qual o jornal estava passando:

Pois bem, nós nos contentávamos com essas liberdades da burguezia, estabelecidas por ella, para ella. Não comprehendíamos ainda o alcance do grito de Babeuf, naquella mesma época, grito que pode ser assim resumido: O communismo politico da Revolução franceza, ou melhor, burguersa não basta: tem, por toda parte, de ser completado pelo communismo economico, da Revolução proletaria. Assim como o Poder Politico deixou de ser privilegio da realeza, da nobreza e do clero, para ser de todos, por todos e para todos, do mesmo modo, a Riqueza, a Propriedade da burguezia tem de deixar de ser inviolavel e sagrada, para ser de todos, por todos e para todos. A burguezia expropriou aquelles de seu poder; nós, os proletarios, temos de expropria-la de sua riqueza. O operariado, a grande massa masculina e feminina está, hoje, para a guerra, como esta esteve para os reis, os pobres e os sacerdotes. Estes foram por ella vencidos. Ella o será tambem por nós communismo politico não é uma utopia. (Viva o sol, abaixo a noite! p.1, 1927)

Leônidas descreve que seu pensamento passou por uma profunda reformulação, radicalizando seus conceitos e aderindo ao comunismo. Essa transformação não se restringe à esfera política, estendendo-se também à economia, onde os princípios comunistas passam a ser incorporados de forma decisiva. Ele defende a expropriação dos bens da burguesia pelo proletariado como uma ação indispensável, apresentando a luta de classes como uma verdadeira guerra travada pelos trabalhadores contra a exploração e a desigualdade. Ao citar Babeuf, revolucionário francês do século XVIII, Leônidas

fundamenta a inseparabilidade entre economia e política na construção do comunismo, reforçando a ideia de que a transformação social exige a ruptura com a ordem econômica vigente. Nesse contexto, ele destaca que a expropriação não é apenas um instrumento de enfrentamento, mas um elemento essencial para a libertação da classe trabalhadora.

Leônidas também enfatiza a necessidade de derrubar os privilégios políticos da burguesia, transformando-os em direitos para todos. Essa posição está alinhada à proposta marxista da luta de classes, que defende o direito do proletariado de se organizar e resistir. Segundo ele, é a partir desses privilégios, do acúmulo de riquezas e da exploração do trabalho, que a burguesia exerce sua opressão.

O segundo editorial, intitulado “Por que somos comunistas”, reforça os motivos que levaram à reformulação do posicionamento político de Leônidas. Nele, destacam-se elementos como as injustiças sociais e a exploração dos trabalhadores, apresentados como fundamentos para a luta comunista e justificativas para a adesão dos trabalhadores a essa causa. Citando Karl Marx e diversos manifestos, Leônidas embasa suas palavras, afirmando:

Por que somos comunistas?

Eis a resposta:

Somol-o porque temos a consciencia dessa realidade.

Somel-o porque somos deterministas, e deterministas economicos; porque todo conhecimento vem da experiencia; porque o abstrato depende do concreto; porque não são as idéas, mas os factos, e, em primeiro lugar, os factos economicos, até aqui tão desdenhados pelos historiadores, que governam praticamente o mundo, que constituem os alicerces de toda sociedade. (Por que somos comunistas, p.03, 1927)

Neste editorial, o autor apela para a consciência da realidade como um elemento fundamental para a adesão ao comunismo. Para ele, tornar-se comunista resulta do reconhecimento objetivo das condições concretas em que a sociedade vive. A filiação ao comunismo não é fruto apenas de inclinações teóricas, mas de uma compreensão profunda, enraizada nas experiências cotidianas dos trabalhadores.

Além disso, Leônidas se declara um determinista econômico, destacando a economia como a fonte primordial e o foco central das análises sociais. Ele afirma que os fenômenos sociais, políticos e culturais derivam necessariamente das condições econômicas. Essa visão está alinhada ao marxismo vulgar. Contudo, Leônidas adota essa interpretação simplificada e vulgarizada de Marx, apegando-se de forma extrema a esses conceitos e desconsiderando o contexto mais amplo e complexo que envolve a dinâmica social.

Destaca-se que, em nenhum momento, Leônidas faz menção direta aos eventos revolucionários russos de 1917. Em algumas passagens, no entanto, ele cita Lênin ao afirmar que “as questões dos proletários se decidem, não pelo voto, mas por todas as formas de luta de classes, até e aí compreendida a guerra civil”, ressaltando o caráter revolucionário das demandas proletárias, que vão além do direito ao voto. Também faz referência a Trotsky, que afirma: “A classe oprimida não deve sustentar a classe dominadora de uma nação quando esta exerce a violência para seus próprios fins; mas a classe oprimida tem o direito de recorrer à mesma”, enfatizando a necessidade de ação da classe operária em resposta às violências cometidas pela burguesia.

Durante esses sete meses, o jornal manteve uma publicação constante. Sua circulação foi encerrada em agosto de 1927, em decorrência da promulgação da Lei Celerada, de autoria do deputado Aníbal de Toledo.² Com a ilegalidade do PCB, o jornal passou a ser perseguido e censurado sob essa legislação. A última edição de A Nação foi publicada em 11 de agosto de 1927. A descontinuidade das publicações ocorreu de forma voluntária, pois, com a ilegalização do PCB, “este jornal perde sua razão de ser como órgão legal do comunismo.” Antes que a repressão se tornasse plenamente efetiva, foi declarada a suspensão das publicações, uma vez que a motivação central do periódico, o Partido, havia sido comprometida.

² “Tratava-se de uma regulamentação que combatia os chamados delitos ideológicos e garantia, às forças de segurança repressivas, o direito de fechar toda agremiação, clube, sindicato ou partido que representasse alguma ameaça à ordem. Essa legislação se voltou principalmente aos comunistas. O partido caiu novamente na ilegalidade” (Prado, 2022, p.45).

2. “A Mulher em Acção”

Dentre as mais de 180 edições do periódico *A Nação*, 9 edições contam com uma seção em comum: “A mulher em acção”. Nesses textos, temas diversos que permeiam a realidade feminina foram expostos. A partir disso, serão analisados esses artigos e mais 22 manchetes que contenham menções as palavras mulheres, trabalhadoras, nomes femininos, proletárias, feministas, enfermeiras, prostituição, esposa, mães, bordadeiras e costureiras.

A seção “A mulher em acção” estiveram presentes em sequência nas 3º(nº272), 4º(nº273), 6º(nº275), 7º(nº276), 8º(nº277), 10º(nº279), 11º(nº280), 12º(nº281) e 14º(nº283) edição a partir do comandado do PCB em janeiro de 1927. Em publicações posteriores não são encontrados mais esses artigos com esse título. O que ocorre são menções as mulheres em edições esporádicas e com temas mais gerais, como notícias, eventos, greves e correspondências internacionais.

A estrutura do jornal variava de 3 a 6 páginas totais, a seção a Mulher em acção variava sua posição entre a 3º e a 6º página. Com exceção da edição de número 279 de 13 de janeiro de 1927, com a manchete “A mulher em acção: Rainhas de toda ordem” que foi publicada na 1ª página.

Logo na 3ª edição (nº 272, de 05/01/1927) da fase comunista do periódico, há a primeira menção a essa seção. “A mulher em acção: o que o comunismo fará por ella?” Esse primeiro texto busca apresentar as bases fundamentais do comunismo e suas ações pelas mulheres. Em referência ao X Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, realizado em Paris em 1926, o jornal tece críticas às feministas liberais, cuja pauta se concentrava exclusivamente na luta pelo direito ao voto. Para fundamentar essa crítica, *A Nação* recorreu a duas figuras femininas — Louise Boudin e Maria Thereza Gourdeaux —, mencionadas apenas pelos nomes, sem maiores contextualizações.

Commentando os resultados desse congresso, em artigo, sob o título “Feminismo? Não. Comunismo? Sim.”, escrevia Louise Bodin: “Eu pergunto a mim mesma: “Mas por que hão de ellas querer poder votar?” A questão não é de voto, mas de regimen politico. Não é de feminismo, mas de communismo. E se chegará ao communismo não pelo voto, mas revolucionariamente, não por meio d'aquella panacé, mas d'esta realidade.” (A Mulher em acção: O que o comunismo fará por ella?, p.5, 1927)

Nesse trecho, Louise apresenta a crítica central ao projeto limitado do sufrágio universal. Para os comunistas, a transformação social não se daria por meio do voto, mas

sim por vias revolucionárias. Nesse sentido, a conquista do direito ao voto pelas mulheres não implicaria, por si só, uma mudança estrutural no sistema vigente.

E Maria Thereza Gourdeaux acrescentava: “De que falaram, durante oito dias, estas feministas vindas dos quatro cantos do mundo? Falaram de muitas cousas e de nada; abordaram grandes problemas, sem porém aprofunda-los, ficaram nas generalidades. Era evidentemente o que podiam fazer. Como essas mulheres, com todos os signaes distinctivos da grande burguezia internacional, poderiam, mesmo quando falam da mulher que trabalha, pensar na operaria de mãos calosas, e com o corpo alaebrado pela fadiga da usina ou dos campos? Como poderiam, proclamando seu amor pela paz, condemnar a guerra e suas causas, quando pertencem a classe que explora odiosamente todos os trabalhadores e provoca os conflictos sanguinolentos em que os povos se estrangulam? [...] Conquistado o direito de voto ellas continuam burguezas ligadas a sua classe e á conservação de um estado social que as fez ricas, brilhantes, instruidas e felizes, ao lado da grande multidão d'aquellas que, na sombra, lhes, cream o luxo e a riqueza, a custa de muito penar, de muito sofrer. O direito de voto, o reconhecimento dos direitos civis e politicos da mulher não a libertara enquanto pesarem sobre ella como sobre o conjunto da classe trabalhadora, a exploração do capital e o dominio da burgues. (A Mulher em acção: O que o communismo fará por ella?, p.5, 1927)

Maria Thereza acrescenta e aprofunda as ideias suscitadas por Louise. Em primeiro lugar, reitera que o debate das sufragistas aborda grandes questões, mas sem aprofunda-las, uma vez que, está a opressão das mulheres intrinsecamente ligada ao sistema capitalista, configurando-se, portanto, como um problema estrutural. Em segundo lugar, posiciona as sufragistas dentro da classe burguesa, argumentando que essas mulheres não apenas não representam as trabalhadoras, como também são, em razão de sua posição de classe, incapazes de compreender plenamente a realidade das mulheres proletárias. Afinal, pertencem à mesma classe que explora essas trabalhadoras. Em terceiro lugar, ressalta que o projeto de sufrágio universal está alinhado com a lógica do capitalismo vigente e, por isso, não promoveria transformações efetivas, mas apenas reforçaria o *status quo* social.

Esse pensamento exposto por Louise e Maria Thereza estão em consonância com as ideias revolucionárias do jornal. Também, são muito semelhantes ao pensamento de Alexandra Kollontai, revolucionária russa e uma das mais proeminentes teóricas críticas ao feminismo liberal. Em seu texto “Teses sobre a propaganda entre as mulheres apresentadas no III congresso da IC” de 1921, Kollontai pontua:

O que o comunismo dará a mulher, em hipótese nenhuma o movimento feminista burguês saberá lhe conceder. Enquanto existir a dominação do capital e da propriedade privada, a emancipação da mulher não será possível.

O direito eleitoral não suprime a causa primeira da servidão da mulher na família e na sociedade e não lhe dá a solução do problema das relações entre os dois sexos. [...] não existem questões ‘especificamente femininas’ [...] Nós só alcançaremos o comunismo pela união de todos os explorados” (Kollontai, 2021, p.112-113)

Percebe-se que o pensamento das autoras mencionadas pelo jornal converge amplamente com as ideias de Alexandra Kollontai. Ambas as perspectivas denunciam as opressões estruturais vivenciadas pelas mulheres, as quais não seriam superadas unicamente com a conquista do direito ao voto. Destaca-se, em especial, a crítica à condição de servidão imposta às mulheres no âmbito familiar e social, marcada pela submissão e pela negação de sua autonomia. Kollontai enfatiza que não se trata de resolver “questões femininas” isoladas, conceito que ela mesma rejeita à luz da luta de classes, mas sim de atender às reivindicações de todos os explorados pelo sistema capitalista. Dessa forma, sua crítica se volta diretamente contra a pauta restrita das feministas liberais, considerada insuficiente e incapaz de promover transformações estruturais.

Na edição de número 273, de 06 de janeiro de 1927, encontra-se a seção: “A mulher em acção: nas sociedades burguezas, a maternidade é duro castigo imposto à mulher proletária”. Nesse segundo texto foram abordadas as maiores inseguranças das trabalhadoras mães, que desde o momento da descoberta da gravidez são dispensadas de seus empregos:

E o calvario de muitas mães começa mesmo bem antes do periodo do parto. Começa desde que apresentam os primeiros symptomas da gravidez. Desde este momento, são despedidas do serviço. E sob os mais futeis pretextos, até o de haverem compromettido sua "esthetica". (Mulher em acção: Nas sociedades burguezas, a maternidade é duro castigo imposto à mulher proletária, p.4, 1927).

O artigo denuncia que logo no início da gestação as mães passavam a serem preteridas pelos patrões. Muitas vezes, a demissão por motivações fúteis ou por questões estéticas. Demonstrando que a carga mental das trabalhadoras perpassava diversas questões, incluindo a preocupação com sua aparência.

Na sequência, o artigo apresenta uma comparação com a política soviética de proteção a maternidade: “Na Rússia, Já não é assim, desde a Revolução de 1917. A mulher recebe, é amplamente paga para ser mãe. E ellas o são, na maior tranquillidade, sem ter pensar no dia de amanhã.” Efetivamente essas políticas foram postuladas por Kollontai enquanto comissária do povo, em seu texto de 1926, intitulado “Objetivos da Minha vida”, expressa:

As realizações mais importantes do nosso comissariado do povo (Ministério para Assuntos Sociais) durante os primeiros meses após a Revolução de Outubro, foram as seguintes: [...] fundação legal de um Escritório Central para Assistência à Maternidade e à Criança. [...] Transformávamos todas as maternidades em casas de assistência gratuitas, que dispunham de cuidados para mães e recém-nascidos. [...] projetamos um ‘Palácio para a proteção das mães’, uma casa-modelo que compreendia uma sala onde seriam dadas instruções às mães que desejassem auxílio e onde havia, igualmente, uma enfermaria modelo. (Kollontai, 2021, p. 53).

Apesar de seu mandato enquanto comissária do povo de assuntos sociais ter sido de apenas 6 meses, as políticas lançadas por Kollontai reverberaram em todo o mundo, transformando-se em um grande marco para o direito das mulheres e colocando a URSS como vanguarda nesse quesito.

No Brasil, a primeira menção a proteção da maternidade e das mães trabalhadoras surgiu com a Constituição de 1934. Em alguns de seus artigos são garantidos direitos como proteção e amparo. O artigo 121 diz:

Art. 121. A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a protecção social do trabalhador e os interesses economicos do paiz.

§ 1º A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que collimem melhorar as condições do trabalhador: [...]

h) assistencia medica e sanitaria ao trabalhador e á gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuizo do salario e do emprego, e instituição de previdencia, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de accidentes do trabalho ou de morte. (Brasil, 1934)

Este é o primeiro artigo constitucional brasileiro que prevê assistência médica e descanso antes e depois do parto sem prejuízo na remuneração da trabalhadora. Ou seja, a época da publicação do jornal, não haviam legislações que protegiam a mãe trabalhadora. Importante ressaltar que a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), ocorreu em 1943, onde efetivamente se construiu uma política organizada que protegia as mães proletárias. É na CLT que se encontra uma sessão intitulada “Da Proteção à maternidade”³. Os principais avanços foram os artigos 391, que proíbe a demissão justificada pela gravidez; 392, que garante a licença-maternidade de 6 semanas, 389 garante local adequado para a amamentação nas empresas, entre outros.

³ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Na edição de número 275, de 9 de janeiro de 1927, na seção, “A mulher em acção: tem de haver a política do proletariado contra o capitalismo, da guerra civil contra a imperialista”, encontra-se um debate sobre a crescente proletarização das mulheres no contexto pós I Guerra Mundial e os constantes conflitos mobilizados por potências imperialistas:

Uma das principais consequências da última guerra europeia a proletarização das mulheres. Antes de 1914, ellas já eram empregadas na indústria, mas empregadas quase de favor, empregadas com salários os mais ridículos. Agora, não seus salários são vitais, em consequência do jogo de forças económicas. [...] ellas vão abrindo os olhos: vão começando a interessar-se pelo movimento social. [...] (A Mulher em acção: Tem de haver a política do proletariado contra o capitalismo, da guerra civil contra a imperialista, p.3, 1927)

Essa citação evidencia um processo significativo de transformação social decorrente da I Guerra Mundial: a intensificação da proletarização das mulheres. Antes de 1914, sua presença na indústria era marginal e marcada pela precariedade, com salários extremamente baixos e funções consideradas secundárias. Com o avanço do conflito e a consequente demanda por mão de obra, as mulheres passaram a ocupar posições centrais no setor produtivo, tornando-se economicamente indispensáveis. Essa inserção forçada no mercado industrial não apenas alterou suas condições materiais de existência, mas também contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência de classe e para a aproximação com os movimentos sociais.

Na edição de 10 de janeiro, nº 276, na seção, “A mulher em acção: passa hoje o aniversário de Luisa Michel”. presta uma homenagem a francesa Louise Michel, grande ícone da Comuna de Paris:

(...) uma das grandes figuras da Communa foi Luiza Michel, sendo, hoje, a data do seu anniversario natalício. Ella foi, pela sua grande coragem, pela sua fé immutavel nos destinos do proletariado, pelo seu devotamento sem limites a essa causa, a encarnação mesma da Revolução. A mulher em acção: passa hoje o aniversario de Luisa Michel, p.6, 1927).

Louise Michel foi uma militante libertária e figura central da Comuna de Paris (1871), Michel destacou-se por seu compromisso com a causa proletária. Durante o breve, porém intenso período da Comuna, participou ativamente da organização popular, contribuindo para a educação infantil, a mobilização das mulheres e a transformação de estruturas sociais, como a incorporação de mulheres em situação de prostituição como trabalhadoras nos hospitais de campanha.

Sua atuação exemplifica o protagonismo feminino nas lutas revolucionárias, frequentemente invisibilizado pela historiografia tradicional. Michel desafiou os tribunais que a julgaram, foi deportada para a Nova Caledônia, território colonizado pela França onde manteve suas funções militantes. Faleceu em 1905, em Marselle.

Em 11 de janeiro foi publicada a edição nº 277, a qual apresentou a seção, “A mulher em acção: ella vae, por toda parte, se emancipando.” Que aborda os avanços das pautas femininas, destacando que as mulheres já estavam alçando patamares profissionais majoritariamente masculinos. Porém, há algumas contradições entre o tema abordado e as opiniões exprimidas pela coluna anteriormente.

A mulher está em vias de sua completa emancipação. Quasi que só lhe falta ser eleitora e elegível. Assim mesmo ella já o é em vários paizes. No mais, vae fazendo perfeita concorrência aos homens. Ha as funcçionarias do Estado, aeronautas, sabias como madame Curle, architectas, notarias advogadas etc. Ha-as exercendo o arriscado officio de paraquedistas. Em Paris, ellas sobem em avião, e a 400 e 500 metros de altura se lançam no vazio, amarradas a um paraquedas. E ha-as até jockeys, como na Inglaterra. (A MULHER EM ACÇÃO: ELLA VAE, POR TODA PARTE, SE EMANCIPANDO, p.6, 1927).

É possível perceber que nesta edição, o sufrágio feminino é posto como uma via que emancipa as mulheres. Sendo que, em edições anteriores este mesmo fator foi criticado como uma ferramenta para a manutenção da realidade social de opressão às mulheres. Esse pensamento se baseia na ideia de que o voto isolado não pode revolucionar a sociedade.

Um aspecto a ser pontuado é a valorização das profissões exercidas por mulheres, desde pilotas, paraquedistas, advogadas e cientistas. Nesse ponto, o jornal apoia essa maior profissionalização feminina nessas carreiras que são dominadas pelos homens.

É possível perceber que nesta edição, o sufrágio feminino é posto como uma via que emancipa as mulheres. Sendo que, em edições anteriores, este mesmo fator foi criticado como uma ferramenta para a manutenção da realidade social de opressão às mulheres

Essa visão não se difere do feminismo liberal — anteriormente criticado pelo próprio jornal — que busca a igualdade formal dentro das estruturas existentes, sem questionar as bases sociais que sustentam a desigualdade de gênero. O artigo, ao celebrar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a possibilidade do voto como sinal de emancipação, parece abandonar a perspectiva revolucionária adotada anteriormente, que

entendia a transformação da realidade feminina como parte de uma mudança estrutural mais profunda da sociedade.

Logo adiante, observa-se a seguinte passagem: “O diabo é que, exercendo ellas essas profissões, mais próprias dos homens, estes começam a empregar-se no fabrico de rendas e lãs... E’ a vida.” Nessa citação, percebe-se o uso de sarcasmo em relação às novas profissões, ao afirmar que tais atividades seriam “mais próprias dos homens”. Ao mesmo tempo, sugere-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho estaria empurrando os homens para funções como o fabrico de rendas e tecidos – consideradas, por sua vez, mais apropriadas ao universo feminino. Essa formulação revela uma profunda contradição em relação ao que foi anteriormente afirmado, ao mesmo tempo em que reforça estereótipos de gênero presentes na época.

Na edição de nº 278, do dia 12 de janeiro, há uma manchete diferenciada, “A mulher: em que época preferiria viver?”. O título não contém o “Acção”, apenas “Mulher”. O texto é uma tradução do jornal francês *Le Journal*, em que são debatidas as melhores épocas para as mulheres viverem em uma aula do professor Felix Gaiffe, na formação de bacharéis.

Das quarenta jovens, uma única elogiou os encantos e a poesia da Idade Média, cuja epopéia cavalleiresca a encanta, assim como a literatura e os vestuários de então.

Todas as outras se manifestaram satisfeitiíssimas com viver na época actual. Nenhuma outra lhes parece mais attraente.

Por que? Eis alguns extractos de suas respostas:

1 Porque posso fazer os mesmos estudos que meus irmãos, e ser tratada como sua igual.

2 Porque posso sair sozinha.

3 Porque nada no vestuario actual me incommoda.

4 Porque já posso fazer um discurso em público, sem ser olha da pelos homens como representante da imbecilidade humana (mulher).

5 Porque espero ainda fazer parte do parlamento. (Mulher: em que época preferiria viver?, p.3, 1927)

A passagem destaca que a grande maioria das jovens reconhecem os avanços que ocorreram ao longo da História em relação às liberdades femininas. Apesar de uma delas ter apontado para a Idade Média como uma época favorável a vivência plena das mulheres, “Todas, porém, elogiam a liberdade da mulher de hoje, que, quer queiram, quer não, caminha gloriosamente para a sua completa emancipação.” Nesse sentido, as respostas apontam para avanços concretos nos direitos e na autonomia das mulheres, como o acesso à educação, à liberdade de locomoção, ao conforto no vestuário e à participação na esfera pública e política.

A crítica implícita ao passado dá lugar a uma visão otimista e engajada do presente, no qual as mulheres começam a ocupar espaços antes reservados aos homens. A menção à possibilidade de integrar o parlamento indica não apenas um desejo individual, mas também uma consciência coletiva sobre a importância da representação política feminina. Trata-se, portanto, de um testemunho revelador da crescente emancipação das mulheres e do surgimento de uma nova subjetividade feminina moldada por ideais de igualdade, liberdade e protagonismo social.

O jornal, ao publicar essa matéria, reitera a ideia de uma transformação nos direitos femininos. Nesse caso, não ocorreu uma problematização maior envolvendo o sistema capitalista ou as mulheres trabalhadoras e suas questões. Porém, mesmo com a ausência de uma perspectiva revolucionária, como consta em as edições anteriores, são inegáveis as colocações pontuadas.

Já no dia 13, na edição nº279, a seção, “A mulher em acção: rainhas de toda ordem”, é publicada na primeira página do jornal, apresenta uma discussão sobre o “culto” à mulher.

Não é de hoje que ha a tendencia para o culto da Mulher. Ahi estão para o provar as lendas primitivas, os costumes gregos e subretudo romanos, caracterisados pelas regalias attribuidas ás Vestaes, e o respeito consagrado ás Matronas. Depois, vem o catholicismo e eleva sua pureza com o mysterio da Virgem-Mãe sobre o Sacramento eucarístico. [...] Durante a Revolução, é ainda a Mulher que a representa: com o barrele phrygio, em carros de flores e laureis. No seculo XIX, nas festas do Carnaval, appareciam as rainhas do trabalho.

Ultimamente, inventaram-se as rainhas dos quarteirões e a rainha das rainhas.

E ainda as "Mariannas". E a Marianna das Mariannas. Aquellas são operarias. E estas mais ou menos burguezas- Vê-se que os homens, sem cessar, procuram cultuar a Mulher. [...] Nós, coitados de nós! cultuamos menos por espirito, menos por sentimento, do que por instincto, e instincto o mais grosseiro.

(A Mulher em acção: rainhas de toda ordem, p.1, 1927).

O artigo apresenta um breve panorama histórico sobre o culto à figura feminina, abordando mitos desde a Antiguidade clássica, com referências às civilizações grega e romana, até a tradição cristã ocidental, que consolidou um ideal de mulher associado à pureza e submissão, representado pela imagem da Virgem Maria. Mesmo em contextos de ruptura social, como nas revoluções modernas, as representações femininas continuaram a desempenhar um importante papel simbólico. Um exemplo notável é *Marianne*, alegoria da Revolução Francesa, que encarna os princípios de liberdade,

igualdade e fraternidade — valores imortalizados na célebre pintura *La Liberté guidant le peuple* (1830), de Eugène Delacroix.

Além disso, o texto destaca a presença recorrente de figuras femininas em manifestações culturais e festas populares, como o carnaval e a tradição das chamadas “rainhas dos quarteirões”, demonstrando a permanência histórica da idealização da mulher em diferentes contextos sociais. No entanto, é na análise da contemporaneidade que o jornal desenvolve uma crítica mais incisiva: o culto à mulher, antes envolto em idealizações espirituais ou heroicas, tornou-se cada vez mais superficial, frequentemente reduzido a padrões estéticos e à valorização do corpo feminino como objeto. Desse modo, o jornal denuncia a permanência de uma lógica de valorização simbólica da mulher que, embora ressignificada ao longo dos séculos, continua marcada por elementos de controle, objetificação e desigualdade.

Na edição de número 280, *A Nação* apresenta a seção, “A mulher em acção: a intelligencia depende do peso do cérebro”, no qual se aborda as ideias pseudocientíficas do evolucionismo social, que apontavam para uma suposta superioridade masculina a partir do tamanho do cérebro:

De meados do século XIX para cá, procurou-se provar que a mulher é interior ao homem, sob o ponto de vista da intelligencia. Mas como chegar a essa conclusão?

Estudando-se a forma, as circumvoluções e principalmente o peso do cérebro humano. O do homem deveria ser mais pesado que da mulher, então, se concluiria que a intelligencia es tá em função do peso do cérebro, ou, em outros termo, que ella é tanto maior em quanto mais pesado o cérebro que a comporta... Nada mais simples. [...]

Esta decisão envolve um amontoado de erros. Ha cérebros femininos mais pesadas que cérebros masculinos. [...] Mas o próprio facto de que a Intelligencia depende do cérebro é uma affirmação arbitraria, gratuita, sem o menor fundamento scientifico. (A Mulher em acção: a intelligencia depende do peso do cérebro, p.4, 1927).

A partir de meados do século XIX, diversos estudos tentaram sustentar a ideia de que a mulher seria intelectualmente inferior ao homem, a partir de argumentos biológicos como a análise da forma, das circunvoluções e, sobretudo, do peso do cérebro. Conforme aponta o jornal, a tese afirmava que “a intelligencia está em função do peso do cérebro”, ou seja, quanto mais pesado o cérebro, maior seria a capacidade intelectual. Essa suposição buscava respaldar hierarquias de gênero por meio de um discurso falsamente científico, desconsiderando tanto as variabilidades individuais quanto as sociais.

Pesquisas pautadas no evolucionismo social se mostram inconsistentes e repletas de contradições internas. Como o próprio trecho destaca, “há cérebros femininos mais pesados que cérebros masculinos”, já invalida a tentativa de estabelecer uma correlação linear entre massa encefálica e inteligência. Por conseguinte, o texto questiona a base da própria hipótese ao afirmar que “a Intelligencia depende do cérebro é uma afirmação arbitrária, gratuita, sem o menor fundamento científico”. Assim, evidencia-se que a inferiorização da mulher por meio de critérios anatômicos não apenas carece de rigor científico, como revela o uso da ciência como instrumento de legitimação de desigualdades históricas entre os gêneros.

Em 15 de janeiro, na edição nº 281, a seção, “A mulher em acção”, apresenta as elaborações de Lênin acerca da importância das mulheres e de sua emancipação:

Lenine considerou da maior importância a emancipação da mulher. Se elle não deixou numerosos trabalhos sobre esta questão, foi unicamente porque para elle a emancipação da mulher não era uma tarefa especial, isolada das demais da revolução: para elle ella entrava no quadro geral da questão proletária [...] Lenine sabia que a emancipação da mulher dava forças novas, ainda não exploradas sob o regimen da opressão capitalista. Entre as mulheres operarias e camponesas ha muito mais talento de organização capaz de fazer uma obra pratica do que sop[...], dizia elle frequentemente. Elle achava que o medo mais habil de preparar as mulheres para sua emancipação era de as attrahir a militar nas columnas da revolução... (A Mulher em acção, p. 4, 1927).

A citação ressalta que, Lênin compreendia a emancipação da mulher como parte intrínseca da luta proletária e da transformação revolucionária da sociedade. Para ele, a libertação feminina não deveria ser tratada como uma pauta isolada ou secundária, mas inserida no contexto mais amplo da revolução socialista. Tanto que, enxergava grandes potências nas fileiras proletárias femininas, incluindo sua relevância para o movimento operário.

Apesar de não ter aprofundado nessa temática específica, ainda sim, somou para as discussões sobre as mulheres. Em seu artigo “A Contribuição da Mulher na construção do socialismo”, de 1919, Lênin discute a realidade feminina no capitalismo e os avanços do socialismo. Ele inicia o texto abordando o aprisionamento do trabalho doméstico:

(...) não obstante todas as leis libertadoras, continua uma escrava doméstica, porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças num trabalho bestialmente improdutivo, mesquinho, enervante, que embrutece e oprime. A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando comece a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica ou melhor,

onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista. (Lênin, 1956)

Lênin denuncia a contradição entre as conquistas legais das mulheres e sua persistente condição de opressão na esfera doméstica. Apesar das leis que prometem igualdade, a mulher permanece como uma “escrava doméstica”, subjugada por uma estrutura econômica e social que a confina ao lar, ao cuidado dos filhos e às tarefas reprodutivas que não geram autonomia nem reconhecimento. Lênin compreende que a verdadeira emancipação feminina só poderá ocorrer com a superação dessa “mesquinha economia doméstica” por meio da transformação socialista da sociedade. Para ele, apenas a coletivização da vida cotidiana, a socialização das tarefas domésticas e da criação dos filhos, e a incorporação plena da mulher à vida produtiva e política, sob a direção do proletariado no poder, inaugurariam uma liberdade concreta e efetiva. Assim, sua concepção de comunismo não está desvinculada da questão de gênero, mas a integra como condição fundamental para a revolução.

Esse projeto de coletivização foi pautado por Alexandra Kollontai quando Comissária do povo sobre assuntos sociais. Ela escreveu e lançou propostas que almejavam a coletivização total dos trabalhos domésticos, com a construção de creches, cozinhas comunitárias, lavanderias entre outros serviços que emancipariam a mulher da “mesquinha economia doméstica”.

Desse modo, a reflexão de Lênin, complementada pela atuação prática de Alexandra Kollontai, evidencia que a emancipação feminina não pode ser alcançada apenas por avanços legais ou direitos formais, mas exige a transformação radical das bases materiais que sustentam a opressão de gênero.

A coletivização das tarefas domésticas e a reorganização da vida cotidiana, propostas no contexto da revolução socialista, revelam uma compreensão profunda da interdependência entre classe e gênero. Ao propor a socialização do trabalho reprodutivo, ambos reconhecem que a libertação da mulher está intrinsecamente ligada à superação das estruturas que a mantêm confinada ao espaço privado e excluída da plena participação na vida pública e produtiva. Assim, a luta pela igualdade de gênero, no pensamento revolucionário de Lênin e Kollontai, é parte indissociável do projeto comunista de transformação social, ideia que é reafirmada pelo *A Nação* ao pautar essa matéria.

A edição de 18 de janeiro encerra a seção “A Mulher em acção”, nas edições posteriores são encontrados tópicos que, casualmente, abordam temáticas femininas, mas sem o apelo anterior. Intitulado “A mulher em acção: deve ou não ter o direito de voto?”,

o nº283 do diário comunista debate a temática do sufrágio mais uma vez, evidenciando o caráter indispensável do tópico para a sociedade e para a construção do pensamento comunista no Brasil:

Nossa Constituição o confere aos cidadãos brasileiros que sejam maiores de 21 e saibam ler. Entre esses cidadãos, está incontestavelmente a mulher. O direito de voto, portanto, lhe assiste. E lhe assiste, ella deve exerce-lo. Exercendo-o ella ha de concorrer fatalmente para a dignificação de nossos costumes polliticos tão abastardados. (A Mulher em acção: deve ou não ter o direito de voto?, p.6, 1927).

O jornal defendeu de forma assertiva o direito ao sufrágio feminino com base na própria Constituição vigente à época, que concedia o direito de voto aos cidadãos maiores de 21 anos e alfabetizados. Ao afirmar que “lhe assiste, ella deve exerce-lo”, o texto não apenas legitima a reivindicação feminina como também aponta a participação das mulheres como um meio necessário para a constituição da política nacional. Nesse sentido, a presença da mulher nas urnas é apresentada não apenas como um direito constitucional, mas como um imperativo moral e social para a elevação dos costumes políticos do país.

Esse posicionamento da edição de nº 283, vai de encontro com a primeira edição do “A Mulher em Acção” de 05 de janeiro de 1927, nº272. Enquanto na edição inaugural o direito ao sufrágio feminino e a igualdade de sexos perante a lei são tratados de forma cautelosa, até mesmo minimizados com a afirmação de que se trata de “um programa pouco assustador”, a edição posterior assume uma postura muito mais reformista.

Ao reafirmar a importância do direito ao voto, o jornal abarca o sufrágio como uma ferramenta de empoderamento das mulheres. Assim, o que antes era considerado “pouco assustador” passa a ser encarado como um passo determinante para a emancipação e autonomia das mulheres na esfera pública.

3. Demais contribuições à pauta feminina

A análise das edições da seção “A Mulher em Ação” permite perceber que, além do espaço dedicado exclusivamente às pautas femininas, o jornal também abordava, de forma pontual, temas relacionados à mulher em outras seções. Essas inserções, muitas vezes sutis e espalhadas entre colunas, reportagens e notas de rodapé, revelam uma presença significativa de assuntos ligados ao cotidiano, às lutas e às conquistas femininas. Curiosamente, essas menções dispersas ocorrem com frequência ainda maior do que as edições específicas do suplemento, sugerindo uma estratégia editorial de manter a pauta de gênero em circulação, mesmo que de maneira fragmentada e não sistemática.

Essa constatação aponta para o fato de que a discussão sobre o papel da mulher na sociedade não se restringia apenas ao suplemento temático, mas atravessava o conteúdo do jornal como um todo. Essa dispersão das temáticas femininas no periódico indica não apenas a relevância do tema para a época, mas também uma tentativa de o integrar ao debate público mais amplo.

Destacam-se discussões sobre correspondência internacional envolvendo a atuação de mulheres em outros países, questões relacionadas à maternidade e ao papel da mulher no ambiente doméstico, além da participação ativa em sindicatos femininos. O jornal também trouxe à tona o debate sobre o direito ao sufrágio, denunciou diferentes formas de violência contra a mulher e explorou as múltiplas dimensões da atuação feminina na sociedade. Essas abordagens, ainda que distribuídas de maneira fragmentada ao longo das edições, revelam a intencionalidade do veículo em contribuir para a inserção da temática de gênero no debate público da época.

Assim, ainda que não centralizada, a pauta feminina se fazia presente de forma consistente, o que evidencia tanto a sua importância quanto a urgência de refletir sobre o lugar da mulher na sociedade em que o jornal estava inserido. Dessa forma, percebe-se que a atuação do jornal não apenas acompanhava, mas também contribuía para o avanço das discussões sociais sobre gênero naquele contexto histórico.

3.1 A participação feminina na Revolução

A primeira menção às mulheres fora da seção “A Mulher em Ação” está na edição de nº 274, no artigo intitulado “Pelos direitos das mulheres”. Este é mais um texto que aborda as mazelas capitalistas na vida das mulheres e incita a participação feminina na revolução:

Na sociedade capitalista, a mulher é mais sobrecarregada e mais duramente explorada que o homem [...] A razão é simples: o homem concluído seu trabalho ou no escritório, é senhor do seu nariz. Pode fazer o que muito bem lhe aprouver. A mulher não: tem que cuidar ainda do seu lar. [...] O comunismo suprimirá o lucro dos parasitas da burguesia sobre o trabalho das mulheres e dos homens. Assegurará a mulher remuneração pelo seu trabalho igual à um homem. Dar-lhe-à no momento da maternidade as condições de tranquilidade e quietude que aparentemente lhe faltam. (PELOS DIREITOS DAS MULHERES, p.3, 1927)

Enquanto o homem, após o expediente de trabalho, é livre para dispor de seu tempo como desejar, a mulher permanece aprisionada às obrigações do lar, ou seja, ao trabalho doméstico. Nessa perspectiva, o lar, longe de representar um refúgio, torna-se extensão de seu labor cotidiano: um trabalho invisível e não remunerado. Esse retrato revela uma estrutura que sobrecarrega a mulher física e emocionalmente, ao naturalizar seu papel de cuidadora e responsabilizando-a integralmente pelo bem-estar familiar, sem que isso seja reconhecido como trabalho produtivo.

Essa temática, é amplamente explorada pelo jornal em diversas edições. É possível inferir que o tópico da dupla jornada feminina e do trabalho doméstico foram recorrentes. Isso porque o projeto comunista apresentado não se limita à reestruturação econômica, mas propõe uma transformar radicalmente as relações sociais, atacando as raízes da desigualdade de gênero. Ao propor a superação da divisão sexual do trabalho e a valorização da maternidade como uma função social coletiva, o discurso do jornal insere a luta das mulheres no centro do processo revolucionário. A verdadeira libertação feminina, portanto, só poderá ser alcançada com o fim das estruturas que sustentam a sobrecarga e a desigualdade de gênero.

Em 12 de março, foi publicada uma mensagem oficial do Secretariado Sul-Americano, intitulada “Duas agitações de caráter internacional: pela mulher operaria! pelas vítimas do capitalismo”. O documento trazia reflexões sobre a relação entre as mulheres e o comunismo, destacando a importância da Jornada Internacional da Mulher Trabalhadora:

É preciso não esquecer o papel importante que a mulher proletária é chamada a desempenhar na luta revolucionária do proletariado. Nosso grande mestre, Lenine, ensinava-nos que a revolução proletária era impossível se a mulher explorada, especialmente a operária, não participasse, ao lado de homem, na luta libertadora contra escravidão capitalista. A situação da mulher proletária nos países sul-americanos é de crescente exploração capitalista e de inferioridade social, política e econômica em relação ao homem. Essas massas femininas assim exploradas devem ser conquistadas. A causa da revolução proletária pelos partidos comunistas, os quais devem colocar-se a frente da luta pelas reivindicações da mulher operária. (Duas agitações de caráter internacional: pela mulher operária! pelas vítimas do capitalismo, p. 2, 1927).

Reafirmando o ensinamento de Lênin de que a revolução do proletariado seria inviável sem a participação ativa das mulheres exploradas, especialmente das operárias. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional que relegava a mulher ao espaço privado e despolitizado, reconhecendo-a como sujeito essencial na construção de uma nova ordem social. No contexto sul-americano, essa necessidade torna-se ainda mais urgente, pois revela uma condição de exploração tripla vivida pelas mulheres trabalhadoras: econômica, social e política. A sua inferiorização em relação aos homens, inclusive dentro das classes populares, demonstra que a opressão de gênero se entrelaça com a exploração de classe. Isso exige uma abordagem revolucionária que considere ambas as dimensões:

A Jornada Internacional da Mulher Trabalhadora constitui um meio eficaz para nossa agitação entre as mulheres. Por isso os P.C sul-americanos devem fazer os maiores esforços para dar a esta jornada as maiores proporções. Esta jornada não deve ser considerada apenas como uma tarefa da Comissão Feminina do Partido, mas deve ser um trabalho, uma tarefa de todo o Partido para atrair a mulher, especialmente a operária, para as fileiras da ação de classe. O Partido deve adoptar palavras de ordem concretas para esta agitação e um programa especial de reivindicações imediatas da mulher proletária, tirando desse programa o pontos de maior actualidade, que melhor possam interessar a mulheres, no actual momento, para oferecer-lhes como palavras de ordem desta agitação. (Duas agitações de caráter internacional: pela mulher operária! pelas vítimas do capitalismo, p. 2, 1927)

Dada a relevância da temática, a Jornada Internacional da Mulher Trabalhadora é apresentada como uma importante ferramenta de mobilização política das mulheres, especialmente das operárias, no interior da luta de classes. Longe de se limitar a uma data comemorativa simbólica ou restrita à atuação de comissões femininas, essa jornada é apresentada como uma tarefa fundamental de todo o Partido Comunista, que deve engajar-se plenamente na organização e agitação junto às mulheres exploradas. Essa ideia,

como o próprio texto diz, tem o respaldo nas ideias de Lênin e o *A Nação* atuou como porta-voz no Brasil dessa pauta.

Em 23 de março, foram publicados os textos “O poder da mulher na luta comunista e a má organização social”, e “Costureiras e bordadeira! formemos nossa associação”, ambos assinados por Thereza Escobar. Nessas publicações, a autora critica duramente o então presidente Washington Luis e sua declaração de que “Não existe a questão social no Brasil, a questão operária é uma questão policial”. Essa fala escancara as desigualdades existentes e aprofunda o preconceito de classe, ao deslegitimar as reivindicações do movimento operário e tratar suas demandas como casos de repressão, e não de justiça social. Mas além disso, Thereza Escobar busca analisar o papel da mulher diante das lutas operárias:

A mulher operária do Brasil é boa, ama o trabalho e é estioles para supportar as misérias deste regimen burgues. E, assim sendo, claro está que poderá lutar em prol da nossa campanha. O que lhe falta é uma vanguarda feminina de dirigentes que queiram vir trabalhar fazendo propaganda afim de organizando-a, encaminhando-a para os seus sindicatos.

Na Rússia houve mulheres de verdadeiro valor intellectual que se dedicaram ao proletariado. Alexandra Kolontal pertencia á nobresa. Clara Zetkin não só pelo seu talento, pela sua posição. foi nobre como Rosa Luxemburgo, mulher do maior valor na história da revolução allema, todos esses typos de mulheres foram nobres e estudando os principios comunistas verificaram que era a única forma de governo capaz de vir salvar o seu paiz [...]

A mulher brasileira é por demais sensível e ella não confia nas leis da terra onde vive. A mulher teme ser perseguida pela polícia. Ella não tem a envergadura precisa para enfrentar os brutaes representantes das leis burguezas que desconhecem a menor noção dos princípios da civilisação. (Escobar, p.4, 1927)

A análise parte do reconhecimento da realidade da operária brasileira, reconhecendo que essa mulher é trabalhadora, resiliente e profundamente marcada pelas misérias impostas pelo regime burguês. Contudo, ela evidencia uma lacuna organizativa e política: falta-lhe uma vanguarda feminina, composta por dirigentes comprometidas, dispostas a orientá-la, politizá-la e conduzi-la à participação sindical e revolucionária. Sem essa mediação, sua força permanece dispersa e sua consciência de classe limitada pelas dificuldades estruturais e pela ausência de formação política.

Ao comparar essa força feminina, com as vanguardas revolucionárias de outros contextos, como na Rússia com Alexandra Kollontai, têm-se diferenciações na origem social dessas militantes revolucionárias. Em sua maioria, provinham de famílias abastadas, o que lhes proporcionou oportunidades de estudos teóricos e formação

intelectual. Muito embora, mesmo com essa origem em classes mais ricas, essas mulheres, ainda sim, são apresentadas como modelos de coragem e compromisso, por terem superado as barreiras de classe para atuar ao lado dos explorados, contribuindo com sua liderança e pensamento revolucionário.

Em contraste, a mulher brasileira é descrita como sensível, temerosa e desconfiada do próprio Estado, o que se justifica pela brutalidade policial e pelo autoritarismo das instituições burguesas. Sua insegurança frente à repressão estatal é um obstáculo concreto à mobilização política, revelando um sistema que não apenas explora economicamente, mas também intimida e silencia por meio da força. Nesse sentido, de acordo com Thereza Escobar, urgia a construção de uma base sólida de liderança feminina no Brasil, uma vanguarda que compreendesse a realidade da classe operária, enfrentasse os mecanismos de repressão e possibilitasse à mulher brasileira confiar em sua própria força como agente de transformação social.

Em um dos poucos artigos com assinatura, Thereza Escobar expõe suas ideias no diário, escrevendo um pouco sobre suas vivências. Ela foi uma das responsáveis pela criação da revista *Clarté* no Brasil em 1921⁴. Essa revista teve inspiração na edição francesa, com ideias socialistas e pacifistas lutando contra a 1ª guerra mundial. Além disso, Thereza atuou na propagação de ideias sindicais entre as mulheres, ela publicará mais um artigo no A Nação.

3.2 Organizações sindicais femininas

Em 8 de fevereiro, as profissionais da saúde protestam em “Enfermeiras da cruz vermelha, organizai-vos”, denunciando uma série de assédios sofridos por diferentes mulheres:

Hontem, três enfermeiras, por terem assignado o ponto cinco minutos mais tarde, perderam a diária. O relógio da enfermeira-chefe estava certo, o da Cruz Verme andam sempre atrasados, e os directores não mandam concertar [...] não ha quebra da disciplina quando o dr. Carlos Eugenio, para fazer salamaleques A sra. Washington Luis vos põe a costurar até duas horas da manhã, para augmentardes meio palmo de vestidos, como se a moral estivesse em vestido mais comprido e vestido mais casto. (Enfermeiras da cruz vermelha, organizai-vos, p. 3, 1927)

⁴ Silva, Michael Goular. SOCIALISMO E REVOLUÇÃO NAS PÁGINAS DO CLARTÉ. Tempos Históricos, vol. 21, 2017. P. 61

O fato de três profissionais perderem a diária por assinarem o ponto com apenas cinco minutos de atraso, causado por um relógio desajustado, cuja manutenção é negligenciada pelos próprios diretores, revela como a disciplina é aplicada como ferramenta de controle e punição apenas para os subordinados. Em contraste, a crítica ao Dr. Carlos Eugênio, que obriga as enfermeiras a costurar vestidos até altas horas da madrugada para atender a exigências estéticas impostas por figuras da elite, como a Sra. Washington Luís, escancara a hipocrisia institucional.

O episódio evidencia não apenas o abuso de poder e a exploração de gênero dentro das instituições, mas também o uso da moral como mecanismo de dominação simbólica, onde as trabalhadoras são tratadas com desconfiança, submissas a regras absurdas e moralistas, enquanto os superiores mantêm seus privilégios e práticas autoritárias impunes.

Nessa mesma linha, no dia 15 de fevereiro, foi publicada a manchete “O despertar das mulheres operárias”. Que denunciou as condições de trabalho na Fábrica de fósforo Ipiranga:

A REUNIÃO DE ANTE-HONTEN DAS OPERARIAS DA FABRICA DE PHOSPHOROS YPIRANGA

Conforme noticiamon, realizou-se a primeira reunião de organização das operarias em greve da Fábrica de Phosphoros Ypiranga. Perante um representante A NAÇÃO, pudemos constatar o quanto de exploração e perseguições de que são victimas as nossas caras companheiras, como vamos expor. [...] As Jovens operarias são forçadas a um desconto de 25 mensaes, recebendo um recibo de 15 mensaes. Quando enfermas, o auxílio prestado por esta caixa é de 10\$ mensaes. [...] Se, por qualquer circumstancia, uma operaria falta ás segundas- feiras, é suspensa durante 8 dias. Quando adoecem durante o trabalho, o mestre José Luiz joga a licença sobre a banca, grossosamente ou suspende por 3 a 8 dias a operaria. (Despertar das mulheres operárias, p.3, 1927)

O relato sobre a greve das operárias da Fábrica de Fósforo Ipiranga revela um cenário alarmante de exploração, abuso e humilhação enfrentado pelas mulheres trabalhadoras. A primeira reunião de organização, conforme noticiado, expõe de forma direta as condições degradantes de trabalho a que estão submetidas essas jovens operárias. Um dos aspectos mais chocantes é o desconto arbitrário de 25\$ mensais, dos quais apenas 15\$ são oficialmente registrados em recibo, configurando um desvio evidente de parte do salário. A chamada “caixa de auxílio”, criada supostamente para prestar apoio em caso de doença, oferece apenas 10\$ mensais às trabalhadoras enfermas.

Além das perdas salariais, as operárias enfrentam uma disciplina brutal e desumana. Faltar ao trabalho em uma segunda-feira implica, automaticamente, em uma

suspensão de oito dias, independentemente do motivo. A repressão se intensifica nos casos em que adoecem durante o expediente, momento em que são tratadas com descaso e violência verbal pelo mestre José Luiz, que joga licenças sobre a mesa de forma grosseira ou aplica suspensões sem qualquer critério justo. Essas práticas autoritárias não apenas violam os direitos básicos das trabalhadoras, mas também revelam a misoginia estrutural presente no ambiente fabril, onde a violência contra as mulheres é naturalizada e reproduzida sob o pretexto da disciplina.

Nesse contexto, o movimento grevista, surge como uma resposta legítima à opressão e uma tentativa de romper com esse sistema de exploração silenciosa. A organização dessas mulheres marca um passo fundamental na construção de consciência coletiva e resistência operária, colocando em evidência que a luta por melhores condições de trabalho é também uma luta por dignidade, reconhecimento e justiça de gênero.

Em 17 de março, foram mais uma vez denunciadas as mazelas vividas pelas enfermeiras. Na matéria intitulada “Pobres enfermeiras: além de moralmente maltratadas ainda são corridas como animais sem dono”, foram expostas as condições de trabalho das enfermeiras e seus grandes riscos aos quais essas profissionais estão submetidas. Um dos trechos destaca: “Além disso os mesmos pratos que servem aos enfermos tuberculosos são os utilizados pelo pessoal ali empregado, facto esse que merece censura.” Esse descaso revela não apenas a ausência de medidas básicas de higiene e segurança, mas também a desvalorização dos profissionais que atuam em ambientes insalubres e de risco elevado.

Somando-se a isso, na edição nº 338, foi publicada a nota “Pela mulher operária”, um chamado da redação para que as mulheres enviassem relatos sobre suas condições salariais, de trabalho e demais aspectos de sua realidade cotidiana. Esse chamamento tinha o objetivo de dar visibilidade às miseráveis condições em que sobreviviam as mulheres trabalhadoras, reforçando a importância de suas vozes na denúncia das desigualdades e na construção da luta coletiva.

3.3 Correspondência internacional pelas mulheres

Buscando promover maior integração entre o movimento comunistas internacional, na edição de número 329, foi publicado o texto “A mulher chinesa e o imperialismo”, no qual foram expostas as principais participações femininas no

movimento revolucionário chinês. O texto afirma: “No decurso da luta revolucionária pela emancipação nacional, os comités femininos de auxilio transformaram-se em comités de luta pela convocação da assembléa nacional. As operarias e as camponesas tomaram parte nelle”. Ao ingressarem ativamente nesses comitês, as mulheres não apenas reivindicavam sua presença nos processos de tomada de decisão, mas também rompiam com os papéis tradicionais que as mantinham restritas à esfera doméstica ou assistencial.

A participação de operárias e camponesas revela a dimensão popular e coletiva da luta por emancipação nacional, demonstrando que a transformação social só pode ocorrer com a inclusão efetiva das massas femininas. Esses comitês, portanto, tornam-se instrumentos fundamentais não só na luta contra o colonialismo ou regimes autoritários, mas também na afirmação da cidadania ativa das mulheres dentro dos movimentos revolucionários. Ao integrar suas demandas específicas à luta geral por justiça e soberania popular, essas mulheres reafirmam seu papel como agentes históricos.

Ainda sobre a participação das mulheres em processos revolucionários, destaca-se o artigo “As mulheres na revolução russa”, publicado na edição número 377, no qual foram expostos alguns dados acerca da participação feminina na organização do Partido. Esse artigo, desenvolve também a importância da educação para a luta com o proletariado:

Toda cozinheira deve aprender a governar o Estado", disse Lenine, e durante sete annos o Partido Communista trabalha assiduamente para que as trabalhadoras governem o paiz ao lado dos trabalhadores. [...] Para educar as trabalhadoras, o Partido Communista publica muitos jornaes e revistas especiais, de que tiram em conjuncto mais de 300.000 exemplares. (As mulheres na revolução russa, p. 2, 1927)

Ao afirmar que até mesmo uma cozinheira deveria estar apta a governar, Lênin rompe com a lógica elitista do poder estatal e afirma a capacidade do proletariado, especialmente das mulheres trabalhadoras, de assumir funções de liderança política. Esse potencial é reafirmado a partir do esforço em educar o proletariado sob a luz das ideias marxista. Com a publicação massiva de material revolucionário, formavam-se mulheres capazes de entender a estrutura do Estado burguês, questioná-lo e, principalmente, transformá-lo, significava ampliar as forças da revolução e consolidar um novo modelo de sociedade. Assim, a formação política das mulheres proletárias não era um aspecto secundário, mas uma necessidade histórica para a efetivação do socialismo.

3.4 Crítica ao feminismo liberal

Em “As feministas e nós”, publicado da edição nº 361, encontra-se um artigo originalmente produzido pelo *Le Ouvrière*, de Paris, e traduzido pelo *A Nação*, assinado por A. Gilles. O texto debate as diferenças teóricas e práticas entre o movimento feminista e as mulheres comunistas:

Nós também reclamamos o direito do voto para as mulheres e a abolição das equidades do Código Civil; mas pedimos as mulheres que se interessam pela vida política e reflitam sobre a política praticada pela burguesia para esmagar as classes pobres em proveito dos que monopolizam toda a riqueza do país. [...] Sim, há mulheres que sofrem e não têm direito de pensar: nós as operárias que, cansadas de se rem exploradas, levantam-se em luta contra seu pátrio, são as mulheres do povo, as mães que ou vão protestar contra a guerra que lhes arranca os filhos, os irmãos, os maridos. (As feministas e nós, p.2, 1927)

A autora é crítica e consciente sobre o papel das mulheres na luta política, ao mesmo tempo em que articula a reivindicação por direitos civis com uma denúncia contundente da estrutura de poder burguesa. Ela não separa as pautas femininas das contradições de classe: ao contrário, ela alerta as mulheres interessadas na política a refletirem sobre a natureza da política burguesa, que perpetua a exploração das camadas populares em benefício de uma elite que concentra a riqueza e o poder no país. Assim, o direito ao voto e à igualdade legal não são fins em si mesmos, mas instrumentos dentro de uma luta maior, que precisa ser guiada por uma consciência de classe.

Ao afirmar que “há mulheres que sofrem e não têm direito de pensar”, a autora aponta para a opressão estrutural que silencia especialmente as mulheres trabalhadoras, cujas vozes são historicamente apagadas, apesar de serem as que mais sofrem os efeitos do sistema capitalista e patriarcal. No entanto, é justamente dessas mulheres, operárias, mães, e protagonistas da resistência cotidiana, que surge a verdadeira força transformadora. São elas que, cansadas da exploração, se levantam em luta, não por um feminismo burguês e limitado, mas por uma emancipação que articule gênero e classe de forma inseparável.

Ao contrário da última edição do *A Mulher em Ação*, essa matéria apresenta reflexões fundamentadas na realidade política e social, que justificam a necessidade do sufrágio universal. Nesse contexto, as estruturas sociais são consideradas e o voto não é utilizado como única ferramenta para a emancipação feminina.

3.5 Denúncias femininas

Na edição de número 275, além do “A Mulher em acção: tem de haver a política do proletariado contra o capitalismo, da guerra civil contra a imperialista”, foi publicado também, “Uma lancinante e eloquente carta de uma mulher proletária”. Trata-se de uma carta, escrita por uma trabalhadora chamada Maria Isabel Cavalcanti, endereçada ao jornal para denunciar o descaso do Estado para com os mais pobres:

Existe aqui ao lado da Escola Veterinária do Exército uma peça de terra de cem metros aproximadamente, que os pobres foram aterrando e fazendo suas moradias, onde, enfim, há três anos passaram, um barracão para abrigar-se com os filhos. A Prefeitura, a Saúde Pública, os potentados, não enxergaram que era feio o lugar, e feio de tudo enterrada a casa dos nossos barracos, eles vêm que falta nos higiênica e saneamento, pois não há ruas, não há nada, enfim. Põem em execução a lei no ofício da Saúde Pública no livro de ouro: "Olá! Ide à imundície!" Nos dias que chegam, surgem aqueles paus ferros dos traques; quando o Brasil só governa dos potentados! Eles reconhecem tudo que há; para governar por cima de nós que somos trabalhadores pobres, enfim, no seu reconhecimento de moral, mandam os seus cães para queimar os nossos barracos. (Cavalcanti, p. 2, 1927)

A autora evidencia a hipocrisia do poder público, que ignora deliberadamente as condições precárias de saneamento e infraestrutura por anos, mas recorre à justificativa da “higiene” para justificar ações repressivas contra os pobres. Seu texto, ainda que marcado pela linguagem simples, carrega uma força simbólica e política notável ao acusar a atuação seletiva do Estado, que protege os interesses dos “potentados” enquanto criminaliza a pobreza. Esse é um dos poucos textos com assinatura publicados no jornal, o que lhe conferiu um lugar de maior destaque, sendo publicado na segunda página.

Outro caso que chama atenção foi publicado na edição de número 313. Trata-se da denúncia de um caso de violência doméstica, relatado na matéria intitulada “Acusado pela esposa: além de explorar a infeliz, ainda a espancava”. O texto relata as violências sofridas por uma mulher, cujo marido a obrigava a se prostituir e ainda a agredia fisicamente. Porém, no dia 22 de fevereiro a prisão deste criminoso foi noticiada, representando um raro caso de responsabilização em um contexto marcado pela impunidade e pela naturalização da violência contra a mulher. A publicação dessa matéria deixa evidente a postura do jornal em denunciar a violência de gênero.

3.6 Reivindicações femininas

Em 03 de março, Thereza Escobar retorna às páginas de *A Nação* com o texto “As reivindicações proletárias e a mulher”. Fortemente inspirado na experiência da Rússia Soviética, o artigo traça um paralelo entre a realidade brasileira e soviética, destacando as diferenças nas conquistas sociais e nas condições de vida:

Enquanto a mulher proletária do Brasil, luta diariamente, trabalhando o mesmo que o homem com a metade do salário, pelo facto de pertencer ao sexo feminino, na Rússia proletária, mulher, sob a guarda do governo proletário e dirigentes camaradas seus, goza todo o conforto que necessário e torne ao seu bem estar de mulher trabalhadora.

Na Rússia proletária, a trabalhadora vota e é votada e, assim sendo, ella póde defender o seu direito de mulher e tratar dos seus interesses coram on proprios homens.

Na Russia proletária, que a mulher tenha capacidade poderá occupar qualquer cargo, ella está equiparada ao homem gosando os mesmos direitos. (Escobar, p.4, 1927)

Thereza Escobar apresenta um contraste direto entre a realidade das mulheres proletárias no Brasil e aquelas na Rússia socialista, destacando a desigualdade estrutural vivida no contexto capitalista e a suposta emancipação feminina sob o regime comunista. No Brasil, a mulher trabalhadora enfrenta uma situação de exploração evidente: realiza a mesma jornada que o homem, mas recebe metade do salário, apenas por ser mulher. Essa denúncia evidencia a proximidade entre opressão de classe e opressão de gênero, demonstrando que o sistema capitalista não apenas explora a força de trabalho, mas também reproduz a desigualdade entre os sexos como forma de maximizar lucros.

Em contraposição a realidade brasileira, o texto apresenta a Rússia soviética como um modelo de justiça e igualdade para as mulheres trabalhadoras. Sob o governo proletário, as mulheres gozam do direito ao voto, podem ser eleitas e ocuparem cargos de liderança, sendo reconhecidas como cidadãs, em plena igualdade com os homens. Nesse sentido, em comparação aos Estados burgueses, a União Soviética com seu modelo de governança, posiciona-se na vanguarda nos direitos das mulheres.

Porém, apesar dessas constantes referências aos avanços soviéticos, cabe pontuar que com o início do governo de Stalin, grande parte das políticas de empoderamento feminino foi desmontada. Segundo Silva:

Sob o governo de Stalin, a maioria das políticas destinadas ao fim da opressão das mulheres e ao fim da família seriam desmanteladas. O Zhenotdel (departamento de Mulheres) foi dissolvido, a homossexualidade e a prostituição tornaram-se crime, o aborto foi proibido, a herança e a autoridade paterna e a adoção⁵⁰ foram restabelecidas, instituíram-se altas taxas para o divórcio, impostos sobre

solteiros e bônus salariais conforme a quantidade de filhos. Por fim, as escolas deixam de ser mistas e a quantidade de restaurantes, creches e orfanatos diminui a partir da necessidade declarada de investir na indústria. (Silva, p.66, 2016)

O desmonte das políticas de emancipação feminina sob o governo de Stalin representou não apenas um retrocesso nos direitos das mulheres, mas também o abandono de conquistas que haviam sido em grande parte fruto do trabalho e da militância de Alexandra Kollontai. Como uma das principais dirigentes da Revolução Russa e fundadora do Zhenotdel (Departamento de Mulheres), Kollontai foi responsável por implementar medidas pioneiras que visavam libertar as mulheres das amarras da estrutura patriarcal e doméstica herdada do czarismo, ainda em 1918. Entre essas políticas estavam a legalização do aborto, a facilitação do divórcio, a equiparação de direitos civis entre homens e mulheres, além da criação de creches, lavanderias coletivas, restaurantes públicos.

Com a ascensão de Stalin, em 1924, e a consequente dissolução do Zhenotdel, muitas dessas iniciativas começaram a ser sistematicamente desmanteladas. Houve uma revalorização da família tradicional, o reforço da autoridade paterna, a proibição do aborto e a criminalização da homossexualidade, marcaram um retorno a normas conservadoras que Kollontai e outras militantes bolcheviques haviam combatido frontalmente nos primeiros anos do regime soviético. Além disso, o fechamento de creches, orfanatos e restaurantes comunitários sinalizou a recusa do Estado em manter a responsabilidade coletiva sobre o cuidado e o trabalho doméstico, o que representou uma sobrecarga direta sobre as mulheres.

3.7 Reivindicações maternas

Na edição número 294, com o título “Pelas crianças e mães proletária! pelas mulheres camponesas”, o jornal reafirma a urgência de uma educação comunista voltada à infância desde os primeiros anos de vida. A publicação defende que a formação da consciência de classe não deve começar apenas na fase adulta, mas ser incorporada à vida cotidiana das crianças de famílias proletárias e camponesas. O objetivo é prepará-las para atuar como sujeitos críticos e conscientes, comprometidos com a transformação da sociedade:

É preciso partir do simples para o composto, Dar uma educação concreta, baseada em fatos. Evitar as coisas complicadas. Evitar o cansaço cerebral. Tornar as explicações agradáveis e oportunas. A educação deve ser um prazer para a criança. Nenhuma abstração. Histórias simples, curtas, interessantes, tiradas da vida real.

É preciso cortar as cantigas carnavalescas e românticas com que as mães embalam os filhos, substituindo-as pelos cantos como A Internacional. [...] As histórias da carochinha tornam-na phantasias sonhadora [...]. Não servem, pois é preciso que, embora lentamente, as crianças sejam integradas no objectivismo, no communismo, no materialismo dialectico” (Pelas crianças e mães proletária! pelas mulheres camponesas, p. 6, 1927)

O jornal defende uma concepção de educação profundamente influenciada pelos princípios do materialismo dialético e da pedagogia socialista, que valoriza uma formação concreta, objetiva e alinhada aos ideais comunistas desde os primeiros anos da infância. Ao defender o abandono das histórias fantasiosas e das cantigas tradicionais em favor de conteúdos mais realistas, como canções revolucionárias e narrativas baseadas na vida cotidiana, o texto propõe uma ruptura com a educação sentimental e abstrata que, segundo essa visão, aliena a criança e a afasta da realidade social.

A ênfase na simplicidade, na clareza e na ligação direta com os fatos do mundo busca formar sujeitos críticos e conscientes desde a infância, capazes de compreender sua inserção no sistema capitalista e as possibilidades de superá-lo. Ao mesmo tempo, essa proposta revela um desejo de moldar a subjetividade das crianças a partir de valores coletivos, substituindo a fantasia pelo engajamento político e a imaginação por uma consciência de classe progressiva. Trata-se de uma pedagogia que vê a educação não apenas como transmissão de conhecimento, mas como instrumento ativo de transformação social e ideológica.

3.8 Outros temas relacionados às mulheres

Na edição de nº 376, a moralidade da polícia brasileira é questionada. Em “Prostituir-se não é crime! dizem os juízes da burguesia”, são denunciados os esquemas de corrupção envolvendo policias e as prostitutas, além de serem expostas diferentes opiniões acerca do tema do trabalho sexual:

A 5 de maio, o 5º promotor público, Edmundo Bento de Faria ofereceu denúncia contra Rosita burguesa polaca que sublocava commodos a mulheres perdidas, à rua Joaquim Silva 2 Gerstler. O promotor aponta como testemunhas dois investigadores e dois commissarios, isto é,

quatro policiaes. Como tudo isso está podre! e Quem não sabe que os policiaes vivem, em parte, de dar "facadas" em mulheres perdidas?! Oh a moralidade burgueza! Rosita, capitalista, vivia do commercio das pobres infelizes. Naturalmente, dava gorjetas à polícia para esta fechar os olhos à traficância da negreira. Mas um dia, Rosita não quiz mais pingar as gorjetas. Dahi, o escândalo. (Prostituir-se não é crime! dizem os juízes da burguesia, p.2, 1927)

O jornal, com forte tom de denúncia e ironia, expõe a hipocrisia da moralidade burguesa e a corrupção estrutural das instituições do Estado. Relata a acusação formal contra Rosita, uma burguesa polaca que sublocava cômodos para mulheres marginalizadas. A suposta “moral” que motiva a denúncia não passa de fachada: o texto afirma que os policiais envolvidos na acusação são os mesmos que, de forma recorrente, se beneficiam da prostituição por meio de propinas e extorsões. A crítica não se limita ao episódio específico, mas se insere em uma denúncia mais ampla da “moralidade burguesa”, que condena publicamente aquilo que de maneira velada ela mesma reproduz. Nesse contexto, as verdadeiras vítimas, as mulheres pobres exploradas permanecem invisibilizadas, duplamente oprimidas por uma sociedade que criminaliza sua existência ao mesmo tempo em que lucra com ela. O artigo segue:

Para os capitalistas prostituir-se não é crime. A burguesia legaliza o "mal necessario..." às suas devassidões. Trabalhadores, um balde de creolina sobre a burguezia putrefacta! E viva o communismo onde não haverá Rositas, policies, mulheres perdidas, nem juízes que legalizem a prostituição! (Prostituir-se não é crime! dizem os juízes da burguesia, p.2, 1927)

Esse pensamento, apesar de exposto com um certo grau de moralismo, principalmente ao se referir as mulheres trabalhadoras do sexo como “Mulheres perdidas”, está de acordo com a política apoiada pela revolucionária Alexandra Kollontai. A prostituição, tal qual era praticada na sociedade burguesa, está, claramente, em declínio em nossa republica operária. Nos referimos a uma forma específica de prostituição, que resulta da posição social precária da mulher e sua dependência em relação ao homem.

Desde o estabelecimento do trabalho obrigatório para todos, a prostituição profissional se encontra visivelmente reduzida. E onde a prostituição continua ativa, ela é energicamente perseguida pelas autoridades locais. Contudo, nós não combatemos a prostituta para alcançar bons hábitos, mas por deserção do trabalho, por ‘seu trabalho’ a prostituta não colabora com o aumento das riquezas sociais, na realidade, ela vive do trabalho e das riquezas do outro. (Kollontai, p.249-250, 2021)

Ao afirmar que a prostituição está recuando, o texto não atribui isso à imposição de normas morais ou repressivas, mas à transformação das bases materiais da sociedade,

especialmente pela implementação do trabalho obrigatório para todos. Nessa perspectiva, a prostituição profissional é entendida como um produto direto da posição social precária da mulher, marcada por sua dependência econômica em relação ao homem e pela falta de alternativas dignas de sobrevivência.

O posicionamento é claro ao diferenciar uma crítica moralista da crítica comunista: não se combate a prostituta por “imoralidade”, mas por sua condição de exclusão do trabalho produtivo. Sob essa perspectiva, a prostituição é considerada uma forma de parasitismo econômico, pois não contribui diretamente para a produção de riqueza social, mas se sustenta a partir do consumo do trabalho alheio. Nesse sentido, o trabalho de Kollontai, não considera as prostitutas como “Mulheres perdidas”, mas reconhece que elas vivem uma realidade precária, constituída a partir da sociedade burguesa, e que são, muitas vezes, obrigadas a ingressarem nessa atividade.

Na edição de 15 de janeiro, o jornal publicou o artigo “Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo”, uma homenagem a esses dois grandes personagens da história mundial e da luta socialista. Em especial, a teórica marxista Rosa Luxemburgo, cuja obra e legado continuam a influenciar o pensamento revolucionário. O artigo apresenta dados biográficos dos autores e um breve panorama da trajetória política de ambos. Esse artigo foi reproduzido do jornal *O Paiz*, de 15 janeiro de 1927.

Além disso, na edição de nº426, há a manchete “Clara Zetkin: Cena comum na vida de Clara Zetkin – a participação numa demonstração proletária”, em que se celebra o aniversário da teórica marxista Clara Zetkin. O texto ressalta sua incansável dedicação à causa das mulheres trabalhadoras e sua liderança na organização da Jornada Internacional da Mulher, enfatizando sua influência fundamental na articulação entre as lutas de gênero e classe dentro do movimento comunista.

4 Considerações finais

A partir da análise apresentada no presente artigo, é possível aferir que o periódico *A Nação* desempenhou um papel significativo no movimento operário brasileiro, destacando-se, em especial, na consolidação das pautas femininas sob a ótica marxista no Brasil. Sua posição de vanguarda, ao se constituir como o primeiro diário comunista brasileiro, já evidencia parte importante de sua relevância histórica. Assumindo uma função pedagógica, *A Nação* transcendeu o caráter meramente informativo, promovendo uma atuação formativa junto aos leitores. Por meio de diferentes, o jornal contribuiu de maneira efetiva para a construção de uma consciência crítica e engajada entre seus leitores.

No que diz respeito às pautas femininas, o jornal também desempenhou um papel relevante e pioneiro. A criação de uma seção específica voltada às mulheres, intitulada “A Mulher em acção”, representou um marco importante na luta pela emancipação feminina dentro de uma perspectiva marxista no Brasil. Por meio dessa seção, o periódico promoveu a desmistificação de preconceitos historicamente arraigados, desafiando estereótipos de gênero e questionando a naturalização da subordinação feminina na sociedade capitalista, buscando destacar as mulheres nas pautas sociais, a partir da consciência de classe, fortemente marcado nas primeiras edições do periódico.

A abordagem, orientada pela luta de classe, reforçava a compreensão de que a opressão das mulheres estava intrinsecamente ligada às estruturas do modo de produção capitalista. Assim, ao articular gênero e classe, *A Nação* convocava à participação ativa das mulheres nas lutas sociais e no movimento operário, reconhecendo-as como sujeitas políticas fundamentais no processo revolucionário.

Apesar disso, é possível identificar contradições ao longo das edições, particularmente no que diz respeito às concepções sobre o sufrágio feminino. Observa-se uma mudança gradual no posicionamento editorial: nas primeiras edições, o jornal sustentava uma perspectiva revolucionária, segundo a qual a emancipação das mulheres só seria possível por meio de uma transformação estrutural profunda da sociedade. No entanto, em edições posteriores, percebe-se uma inflexão nesse discurso, com uma aproximação ao feminismo liberal, que atribui ao direito ao voto um papel central na promoção de mudanças sociais e na melhoria das condições de vida das mulheres.

Dessa forma, embora a linha editorial tenha sofrido modificações ao longo do tempo, acompanhada de certas contradições ideológicas, é possível afirmar que o trabalho

desenvolvido pelo jornal nas nove edições da seção “A Mulher em Acção” foi de grande relevância. A atenção pioneira dedicada às questões femininas representou uma contribuição significativa e, em certa medida, revolucionária para o contexto brasileiro da época, ainda que sua atuação tenha sido breve e marcada por algumas ambivalências teóricas.

As contribuições de *A Nação* para a temática feminina não se limitaram à seção “A Mulher em Acção”, mas se estenderam por diversos outros artigos, publicados ao longo de várias edições do jornal. Como se pôde observar, a abordagem das questões relacionadas às mulheres permeou uma ampla gama de tópicos e discussões, refletindo a centralidade dessa temática na perspectiva política do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em outros diversos artigos, a perspectiva feminina esteve presente de forma contínua durante toda a vinculação do periódico ao PCB. O jornal tratou de temas como as mulheres e a Revolução Russa, não se limitando a discutir os ideais e as ideias revolucionárias, mas também fornecendo dados concretos sobre a participação feminina, tanto no período revolucionário quanto no pós-revolução. Dessa maneira, *A Nação* não apenas relatou as transformações sociais e políticas das mulheres, mas também contribuiu para a construção de um discurso político que visava integrar as trabalhadoras e militantes femininas ao processo revolucionário, destacando seu papel fundamental na edificação de uma nova ordem social.

O jornal *A Nação* também trouxe diversas correspondências internacionais, incluindo cartas de trabalhadoras russas e análises sobre a situação das mulheres chinesas, proporcionando ao público brasileiro o conhecimento de outras realidades. Em especial, ofereceu novas perspectivas para as mulheres, ampliando o horizonte de suas leitoras em relação aos direitos e às condições de vida de mulheres em outros contextos sociais e políticos.

Além disso, *A Nação* fez eco às denúncias sobre exploração, violência doméstica, abuso de poder, entre outras mazelas vivenciadas pelas mulheres. Ao fazer isso em 1927, o jornal demonstrou um interesse vanguardista pela melhoria da qualidade de vida das mulheres, destacando temas muitas vezes silenciados pela sociedade da época.

O periódico também se dedicou a abordar as dificuldades das trabalhadoras mães, que, naquele período, enfrentavam a total ausência de suporte à maternidade. Expondo as disparidades entre a realidade brasileira e a soviética em relação aos direitos maternos, *A*

Nação evidenciou a necessidade urgente de políticas públicas que garantissem proteção e assistência às mães trabalhadoras.

Ademais, *A Nação* desempenhou um papel significativo na organização, criação e expansão de diversos sindicatos de trabalhadoras, destacando-se como um importante porta-voz das enfermeiras e costureiras. Por fim, apesar de suas limitações, o jornal foi um importante mecanismo de esclarecimento sobre as diferenças entre o pensamento comunista e as ideias feministas liberais. Ao longo de sua trajetória, é perceptível que as posições do jornal se suavizaram em relação à perspectiva revolucionária, mas, mesmo assim, suas contribuições para uma maior visibilidade das mulheres e para o esclarecimento ideológico foram notáveis.

Dessa forma, o primeiro diário comunista brasileiro, *A Nação*, se consolidou como um importante veículo de comunicação. Apesar de enfrentar diversas formas de censura ao longo de sua existência, o jornal, mesmo que por um período breve, foi capaz de publicar e educar os trabalhadores para a luta de classes. Além disso, ampliou as discussões sobre as temáticas femininas de forma profunda e diversificada, promovendo uma reflexão mais abrangente sobre o papel das mulheres na sociedade e sua participação na revolução social.

5. Referências

ABAIXO A REACÇÃO IMPERIALISTA! *A Nação* (Rio de Janeiro), n. 457, 11 ago. 1927.

ACUSADO PELA ESPOSA: ALÉM DE EXPLORAR A INFELIZ, AINDA A ESPANCAVA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 313, 22 fev. 1927.

A MULHER CHINEZA E O IMPERIALISMO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 329, 15 mar. 1927.

A MULHER EM ACÇÃO: NAS SOCIEDADES BURGUEZAS, A MATERNIDADE É DURO CASTIGO IMPOSTO À MULHER PROLETÁRIA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 273, 6 jan. 1927.

A MULHER EM ACÇÃO: O QUE O COMMUNISMO FARÁ POR ELLA? *A Nação* (Rio de Janeiro), n. 272, 5 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: A INTELLIGENCIA DEPENDE DO PESO DO CÉREBRO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 280, 14 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: DEVE OU NÃO TER O DIREITO DE VOTO? *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 283, 18 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: ELLA VAE, POR TODA PARTE, SE EMANCIPANDO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 277, 11 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: PASSA HOJE O ANIVERSÁRIO DE LUISA MICHEL. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 276, 10 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: RAINHAS DE TODA ORDEM. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 279, 13 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO: TEM DE HAVER A POLÍTICA DO PROLETARIADO CONTRA O CAPITALISMO, DA GUERRA CIVIL CONTRA A IMPERIALISTA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 275, 8 jan. 1927.

A MULHER EM AÇÃO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 281, 15 jan. 1927.

A MULHER: EM QUE ÉPOCA PREFERIRIA VIVER? *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 278, 12 jan. 1927.

AS FEMINISTAS E NÓS. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 361, 22 abr. 1927.

AS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 377, 10 maio 1927.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

CLARA ZETKIN: SCENA COMUM NA VIDA DE CLARA ZETKIN – A PARTICIPAÇÃO NUMA DEMONSTRAÇÃO PROLETÁRIA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 426, 6 jul. 1927.

CAVALCANTI, Maria Isabel. UMA LANCINANTE E ELOQUENTE CARTA DE UMA MULHER PROLETÁRIA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 275, 8 jan. 1927.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DESESPERO DE UMA POBRE MÃE. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 290, 26 jan. 1927.

DUAS AGITAÇÕES DE CARÁTER INTERNACIONAL: PELA MULHER OPERARIA! PELAS VÍTIMAS DO CAPITALISMO! *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 327, 12 mar. 1927.

ENFERMEIRAS DA CRUZ VERMELHA, ORGANIZAI-VOS. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 301, 8 fev. 1927.

ESCOBAR, Thereza. AS REIVINDICAÇÕES PROLETÁRIAS E A MULHER. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 371, 3 maio 1927.

ESCOBAR, Thereza. COSTUREIRAS E BORDADEIRA! FORMEMOS NOSSA ASSOCIAÇÃO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 291, 27 jan. 1927.

ESCOBAR, Thereza. O PODER DA MULHER NA LUTA COMUNISTA E A MÁ ORGANIZAÇÃO SOCIAL. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 336, 23 mar. 1927.

KOLLONTAI, Alexandra. *A Revolução sexual e o socialismo – Obras escolhidas de Alexandra Kollontai*. Vol. 2. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

KOLLONTAI, Alexandra. *A Revolução socialista e as mulheres – Obras escolhidas de Alexandra Kollontai*. Vol. 1. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

KARL LIEBKNECHT E ROSA LUXEMBURGO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 281, 15 jan. 1927.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *A contribuição da mulher na construção do socialismo*. In: *O Socialismo e a Emancipação da Mulher*. Ed. Vitória, 1956. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Centauro, 2004.

O DESPERTAR DAS MULHERES OPERÁRIAS. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 307, 15 fev. 1927.

PELA MULHER OPERÁRIA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 338, 25 mar. 1927.

PELAS CRIANÇAS E MÃES PROLETÁRIA! PELAS MULHERES CAMPONESAS. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 294, 30 jan. 1927.

PELOS DIREITOS DAS MULHERES. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 274, 7 jan. 1927.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. São Paulo: Boitempo; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2022.

POR QUE SOMOS COMUNISTAS. *A Nação* (Rio de Janeiro), n. 270, 3 jan. 1927.

POBRES ENFERMEIRAS: ALÉM DE MORALMENTE MALTRATADAS AINDA SÃO CORRIDAS COMO ANIMAIS SEM DONO. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 331, 17 mar. 1927.

PRADO, Carlos. *História do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Brazil Publishing, 2022.

PROSTITUIR-SE NÃO É CRIME! DIZEM OS JUÍZES DA BURGUESIA. *A Nação* (Rio de Janeiro), ano II, n. 376, 8 maio 1927.

SILVA, Danielle Jardim. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. *História e Luta de Classes*, v. 1, n. 1, p. 57-71, 2016.

SILVA, Michael Goular. SOCIALISMO E REVOLUÇÃO NAS PÁGINAS DO CLARTÉ. *Tempos Históricos*, vol. 21, 2017. P. 61

SOUSA, Fábio da Silva. *Sonhos revolucionários e pesadelos ardentes: El Manchete, a classe operária e a luta da imprensa mexicana e brasileira (1920-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

VIVA O SOL, ABAIXO A NOITE! *A Nação* (Rio de Janeiro), n. 270, 3 jan. 1927.